

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

PODER EXECUTIVO

SUMÁRIO

01 - DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PODER EXECUTIVO	4
1.1. Balanço Orçamentário	5
1.2. Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados.....	6
1.3. Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados	6
1.4. Balanço Financeiro	7
1.5. Balanço Patrimonial	9
1.6. Balanço Patrimonial - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.....	9
1.7. Balanço Patrimonial - Quadro Das Contas De Compensação.....	9
1.8. Balanço Patrimonial - Quadro Do Superávit / Déficit Financeiro.....	10
1.9. Demonstração Das Variações Patrimoniais	11
1.10. Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido	12
1.11. Demonstrativo Da Dívida Flutuante.....	12
1.12. Demonstração Do Fluxo De Caixa	13
1.13. Demonstração Do Fluxo De Caixa - Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas.....	14
1.14. Demonstração Do Fluxo De Caixa - Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	14
1.15. Demonstração Do Fluxo De Caixa - Quadro de Juros e Encargos da Dívida	15
02 – NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DCASP – PODER EXECUTIVO.....	16
2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa	17
2.2 Créditos a Curto Prazo.....	19
2.2.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.....	22
2.3 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	29
2.4 Estoques.....	29
2.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente.....	30
2.6 Ativo Realizável a Longo Prazo	30
2.6.1 Créditos a Longo Prazo	31
2.6.2 Demais Créditos e Valores em Longo Prazo.....	34
2.7 Investimentos.....	38
2.8 Imobilizado.....	40
2.8.1 Bens Móveis	41
2.8.2. Bens Imóveis	41
2.9 Intangível	43
2.10 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	44

2.11 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	46
2.12 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo.....	47
2.13 Obrigações Fiscais a Curto Prazo.....	49
2.14 Obrigações de Repartições a Outros Entes	49
2.15 Provisões a Curto Prazo	51
2.16. Demais Obrigações a Curto Prazo.....	52
2.17 Restos a Pagar	56
2.18 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo.....	60
2.19 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	61
2.20 Fornecedores a Longo Prazo.....	61
2.21 Provisões a Longo Prazo	62
2.22 Demais Obrigações a Longo Prazo.....	63
2.23 Resultado Diferido	65
2.24 Patrimônio Líquido	66
2.25 Ajustes de Exercícios Anteriores.....	67
2.25.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos.....	68
2.25.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	71
2.26 Resultado Patrimonial	72
2.26.1 Variações Patrimoniais Aumentativas	72
2.26.1.1 Transferências e Delegações Recebidas	72
2.26.1.2 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas.....	73
2.26.2 Variações Patrimoniais Diminutivas	73
2.26.2.1 Transferências e Delegações Concedidas	73
2.26.2.2 Desvalorização e perda de Ativos e Incorporação de Passivos.....	74
2.26.2.3 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas.....	75
03 - LEGISLAÇÃO BÁSICA.....	76
04 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	86

01 - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – Poder Executivo

1.1. Balanço Orçamentário

ANEXO 12 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2022

PODER EXECUTIVO

Em Mil

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c-b)
RECEITAS CORRENTES (I)	90.267.061	95.487.161	97.332.099	1.844.938
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	45.693.736	42.668.289	42.663.235	5.053,95
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.316.760	6.316.760	7.329.536	1.012.776,30
RECEITA PATRIMONIAL	25.667.997	33.150.978	34.202.918	1.051.940,74
RECEITA A GROPECUÁRIA	208	208	5	203,13
RECEITA INDUSTRIAL	32.190	32.190	1.839	30.350,66
RECEITA DE SERVIÇOS	1.837.317	1.836.603	2.225.502	388.898,36
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	9.189.481	9.750.789	8.938.280	812.508,73
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.529.371	1.731.344	1.970.782	239.438,82
RECEITAS DE CAPITAL (II)	726.925	443.099	156.671	286.428
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	318.304	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	4.233	4.233	1.865	2.367,79
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	62.892	97.369	116.334	18.964,60
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	341.496	341.496	38.005	303.491,44
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	466	466,44
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	90.993.986	95.930.260	97.488.769	1.558.510
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+ IV)	90.993.986	95.930.260	97.488.769	1.558.510
DÉFICIT (VI)	-	4.845.741	-	4.845.741
TOTAL (VII) = (V + VI)	90.993.986	100.776.001	97.488.769	3.287.231
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	11.256.295	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superávit Financeiro	-	11.256.295	-	-
Reabertura de créditos adicionais	-	-	-	-

PODER EXECUTIVO


DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (j)=(f-g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	70.870.666	85.975.705	76.547.427	75.938.535	74.804.831	9.428.278
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.685.985	53.631.046	48.797.259	48.727.989	48.384.226	4.833.788
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	1.514.363	1.036.946	945.546	945.546	945.531	91.400
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.670.318	31.307.713	26.804.623	26.265.000	25.475.074	4.503.091
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	7.349.259	11.512.526	6.255.156	5.985.340	5.770.491	5.257.370
INVESTIMENTOS	6.301.824	11.081.738	5.492.267	5.222.450	5.007.678	5.589.471
INVERSÕES FINANCEIRAS	552.919	435.292	420.807	420.807	420.807	14.485
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	494.515	(4.504)	342.082	342.082	342.006	(346.586)
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	2.450.745,44	2.446.745,44	-	-	-	2.446.745,44
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	80.670.670	99.934.976	82.802.584	81.923.874	80.575.323	17.132.393
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XII)	841.024	841.024	386.245	386.245	386.245	454.779
Amortização da Dívida Interna	841.024	841.024	386.245	386.245	386.245	454.779
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	841.024	841.024	386.245	386.245	386.245	454.779
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	81.511.694	100.776.001	83.188.829	82.310.120	80.961.568	17.587.172
SUPERÁVIT (XIV)	9.482.293	-	14.299.940	-	-	(14.299.940)
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	90.993.986	100.776.001	97.488.769	82.310.120	80.961.568	3.287.231
Reserva do RPPS	-	-	-	-	-	-


1.2. Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f)=(a+b-c-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)				
DESPESAS CORRENTES	6.144	290.408	75.445	70.936	217.905	7.711
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	51	7.547	558	558	6.989	51
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	3.629	1.779	1.779	1.850	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.093	279.232	73.108	68.598	209.066	7.660
DESPESAS DE CAPITAL	-	110.510	88.004	88.004	22.506	-
INVESTIMENTOS	-	102.510	80.857	80.857	21.652	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	8.000	7.146	7.146	854	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
TOTAL	6.144	400.918	163.449	158.940	240.411	7.711

1.3. Balanço Orçamentário – Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	Inscritos		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e)=(a+b-c-d)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro do exercício anterior (b)			
DESPESAS CORRENTES	7.653.821	1.921.810	1.567.564	3.443.267	4.564.800
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	335.588	402.970	468.091	66.601	203.865
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	8	0	-	-	8
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.318.226	1.518.840	1.099.473	3.376.666	4.360.927
DESPESAS DE CAPITAL	154.790	222.367	218.480	97.196	61.481
INVESTIMENTOS	148.134	218.197	217.760	88.351	60.220
INVERSÕES FINANCEIRAS	6.400	4.006	562	8.845	1.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	257	163	158	0	261
TOTAL	7.808.611	2.144.177	1.786.044	3.540.463	4.626.281


Elayne Conceição Alparone Gijão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronaldo Mazaro Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

1.4. Balanço Financeiro

BALANÇO FINANCEIRO

ANEXO 13 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

PODER EXECUTIVO		Em Mil	
INGRESSOS			
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	
Receita Orçamentária (I)	97.488.769	89.157.480	
Ordinária	49.765.271	54.246.712	
Vinculada	47.723.499	34.910.769	
Adicional do ICMS - FECP	2.699.964	2.736.064	
Alienação de Bens	4.870	8.441	
Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	277	138	
Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	453.294	-	
Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	23.488.816	16.651.379	
Conservação Ambiental	37.568	27.355	
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	1.792.364	674.738	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	24.642	15.245	
Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	1.031.970	646.568	
Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	272.059	302.971	
Fundo Estadual de Investim e Ações de Segurança Pública e Desenv Social - FISED	918.680	629.165	
Fundo Soberano - Excedente de Arrecadação de Royalties do Petróleo e Gás Natural	3.049.952	-	
Operações de Crédito	1.152	376	
Operações Oficiais de Fomento	3.830	2.231	
Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	644.183	384.158	
Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário - Outras Fontes	93.661	88.600	
Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	22	162	
Recursos Próprios do Rioprevidência	5.840.714	5.552.485	
Salário Educação	535.654	512.667	
Sistema de Proteção Social dos Militares	1.368.763	1.119.539	
Sistema Único de Saúde- SUS	829.335	973.868	
Transferências do FUNDEB	3.963.086	4.106.766	
Transferências do PAC	56.577	44.425	
Transferências Intraorçamentárias	69.652	61.233	
Transferências Legais Recebidas da União	362.682	191.644	
Transferências Voluntárias	179.729	180.551	
Transferências Financeiras Recebidas (II)	104.379.741	77.676.798	
Recebimentos Extraorçamentários (III)	185.770.689	191.742.379	
DÍVIDA FLUTUANTE	26.447.351	30.010.479	
Consignações	12.445.218	8.843.979	
Depósitos de Diversas Origens	11.772.729	18.619.754	
Credores Entidades e Agentes	2.142	1.651	
Restos a Pagar Processados - Inscrição	1.348.552	2.144.177	
Restos a Pagar Não Processados - Inscrição	878.709	400.918	
OUTRAS OPERAÇÕES	159.323.338	161.731.900	
Valores em Trânsito Realizáveis	91.518.880	96.371.053	
Recursos Vinculados	20.412	65.977	
Incorporação de Disponibilidade Financeira	57.854	-	
Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	191.128	134.088	
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	4.210.099	3.193.461	
Depósitos de Diversas Origens	633.042	215.554	
VPA a classificar	62.691.873	61.751.670	
Tributos a Compensar	51	97	
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)	25.347.610	12.900.925	
Caixa e Equivalentes de Caixa	19.094.314	9.184.364	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.880.316	1.404.111	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	4.372.979	2.312.451	
TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	412.986.809	371.477.583	

Fonte: Siafe - Rio

Parte 1/2

DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Despesa Orçamentária (VI)	83.188.829	67.626.593
Ordinária	42.414.818	36.424.154
Vinculada	40.774.011	31.202.439
Adicional do ICMS - FECP	2.466.282	2.392.303
Alienação de Bens	10.644	-
Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	283	1.390
Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	4.533	-
Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	22.624.268	16.082.942
Conservação Ambiental	963	1.483
Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	1.761.793	672.878
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	29.312	9.164
Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	445.402	183.105
Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	410.208	121.936
Fundo Estadual de Investim e Ações de Segurança Pública e Desenv Social - FISED	874.093	467.676
Operações de Crédito	3.088	904
Operações Oficiais de Fomento	3.597	3.006
Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	16.866	11.919
Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário - Outras Fontes	2.613	-
Recursos Próprios do Rioprevidência	3.741.525	4.531.822
Salário Educação	1.066.093	288.335
Sistema de Proteção Social dos Militares	1.392.372	970.376
Sistema Único de Saúde- SUS	1.384.790	970.050
Transferências do FUNDEB	4.065.655	4.074.449
Transferências do PAC	48.300	23.790
Transferências Intraorçamentárias	63.738	57.646
Transferências Legais Recebidas da União	179.893	150.701
Transferências Voluntárias	177.700	186.565
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	113.183.157	86.078.018
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	185.075.453	192.425.361
DÍVIDA FLUTUANTE	25.220.775	30.309.926
Consignações	11.890.775	8.794.296
Depósitos de Diversas Origens	11.382.886	18.318.849
Credores Entidades e Agentes	2.130	1.763
Restos a Pagar Processados	1.786.044	3.110.523
Restos a Pagar Não Processados	158.940	84.495
OUTRAS OPERAÇÕES	159.854.678	162.115.435
Valores em Trânsito Realizáveis	91.861.517	96.664.584
Recursos Vinculados	8.595	29.491
Desincorporação de Disponibilidade Financeira	96.832	37.027
Incorporação de Obrigações	4	-
Recursos Vinculados - Contas "A" e "B"	208.971	135.694
Conversão de Consignações em Receitas e Baixas	156.645	233.838
Conversão de DDO em Receitas e Baixas	653	104
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento	4.212.885	3.050.460
Depósitos de Diversas Origens	646.562	219.046
VPA a classificar	62.661.849	61.745.080
Tributos a Compensar	166	109
Saldo em Espécie do Exercício Seguinte (IX)	31.539.370	25.347.610
Caixa e Equivalentes de Caixa	21.788.413	19.094.314
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.326.062	1.880.316
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	8.424.895	4.372.979
TOTAL (X) = (VI+VII+VIII+IX)	412.986.809	371.477.583

Fonte: Siafe - Rio

Parte 2/2


Elaine Conceição Alparone Ciliao
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.895/O-3


Ronaldo Mazono Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

1.5. Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL
ANEXO 14 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)
Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

PODER EXECUTIVO									
ATIVO			2022	2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			2022	2021
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	2.1		21.788.413	19.094.314	OBRIGACOES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR CP	2.10	1.812.149	2.210.997	
CREDITOS A CURTO PRAZO	2.2		18.513.984	17.722.226	EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	2.11	5.239.841	35.197.606	
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CP	2.3		8.424.895	4.372.979	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.12	6.737.241	10.536.230	
ESTOQUES	2.4		1.179.801	1.025.253	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	2.13	343.942	561.960	
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	2.5		8.477	8.160	OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES	2.14	95.451	4.061	
Total do Ativo Circulante			49.915.571	42.222.933	PROVISOES A CURTO PRAZO	2.15	292.668	288.558	
					DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	2.16	12.166.181	10.776.598	
					Total do Passivo Circulante		26.687.473	59.576.010	
ATIVO NAO CIRCULANTE					PASSIVO NAO CIRCULANTE				
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	2.6		58.157.752	52.005.238	OBRIGACOES TRAB. PREVID. E ASSIST. A PAGAR LP	2.18	5.524.925	4.471.008	
Créditos a Longo Prazo	2.6.1		47.960.314	42.487.096	EMPRESIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.19	169.060.467	146.257.422	
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	2.6.2		10.140.567	9.461.271	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	2.20	3.401.497	2.752.539	
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo			473	473	OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO		581.315	907.280	
Estoques			56.399	56.399	PROVISOES A LONGO PRAZO	2.21	12.379.688	8.960.386	
INVESTIMENTOS	2.7		13.775.923	11.989.675	DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO	2.22	12.974.314	13.735.406	
MOBILIZADO	2.8		31.606.887	28.803.035	RESULTADO DIFERIDO	2.23	25.306.129	23.941.975	
INTANGIVEL	2.9		191.758	179.410	Total do Passivo Não Circulante		229.228.335	201.026.017	
Total do Ativo Não Circulante			103.732.319	92.977.357					
					PATRIMONIO LIQUIDO	2.24			
					PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		(23.676.507)	(23.676.507)	
					RESERVAS DE CAPITAL		2.396.608	2.396.608	
					AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		42.695	(2.111.068)	
					RESERVAS DE LUCROS		28.231	25.102	
					DEMAIS RESERVAS		47.452	5.119.100	
					RESULTADOS A CUMULADOS		(81.106.396)	(107.154.973)	
					RESULTADO DO EXERCICIO		23.228.958	5.253.782	
					RESULTADO DE EXERCICIOS ANTERIORES		(107.158.268)	(106.109.595)	
					AJUSTES DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.25	2.822.914	(6.299.160)	
					Total do Patrimônio Líquido		(102.267.917)	(125.401.737)	
TOTAL			153.647.890	135.200.290	TOTAL		153.647.890	135.200.290	

1.6. Balanço Patrimonial - Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes

	2022	2021		2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	30.800.325	24.544.128	PASSIVO FINANCEIRO	11.210.618	13.934.478
ATIVO PERMANENTE	122.847.565	110.656.162	PASSIVO PERMANENTE	245.582.638	247.063.950
Total do Ativo	153.647.890	135.200.290	Total do Passivo	256.793.256	260.998.427
SALDO PATRIMONIAL				(103.145.366)	(125.798.137)


1.7. Balanço Patrimonial - Quadro Das Contas De Compensação

SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2022	2021	SALDOS DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2022	2021
Garantias e Contragarantias Recebidas	79	77	Garantias e Contragarantias concedidas	89.863	101.902
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	1.562.388	1.549.593	Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	-	-
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações contratuais	55.196.964	49.588.387
TOTAL	1.562.467	1.549.670	TOTAL	55.286.828	49.690.289


1.8. Balanço Patrimonial - Quadro Do Superávit / Déficit Financeiro

PODER EXECUTIVO	DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/ DÉFICIT FINANCEIRO	
		2022	2021
	081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	(906.646)	(822.001)
	085 - Fonte Genérica	(117.831)	61.034
	089 - GRE SEFAZ	8	0
	100 - Ordinários Provenientes de Impostos	(5.914.857)	(9.221.483)
	101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	781.405	215.238
	102 - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	75.197	-
	102 - Fundo Orçamentário Temporário	259.339	(32.745)
	103 - Fundo Estadual de Investim e Ações de Segurança Pública e Desenv Social - FISED	3.531.208	324.908
	103 - Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social	150.259	-
	104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	(54.222)	2.513.194
	105 - Salário Educação	375.493	680.698
	107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	1.469.342	134.117
	108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	261.724	108.925
	111 - Operações de Crédito	509.903	1.491.852
	120 - Ressarcimento de Pessoal	1.922	345.353
	122 - Adicional do ICMS - FECP	40.994	(914.689)
	126 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	(48.765)	6.588
	132 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	-	37.332
	133 - Alienação de Bens	567	(48.765)
	140 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	3.539.737	567
	145 - Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - Tesouro	43.062	7.426.715
	150 - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	1.004.009	181.529
	151 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	3.049.952	458.530
	188 - Repasses constitucionais aos municípios.	0	(468)
	189 - INGRESSOS A CLASSIFICAR	49.021	0
	190 - Depósitos Judiciais Tributários	363.228	49.021
	191 - Depósitos Judiciais Não Tributários	21.997	363.228
	192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	469.861	21.997
	193 - Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	12.286	21.100
	195 - Operações Oficiais de Fomento	378	3.209
	196 - Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	10.766	367
	196 - Auxílio Financeiro da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	8	-
	198 - Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	144.677	10.768
	211 - Operações de Crédito	86.539	0
	212 - Transferências Voluntárias	18.846	143.726
	214 - Transferências do PAC	103.898	84.691
	215 - Transferências do FUNDEB	62.010	117.922
	218 - Transferências Intraorçamentárias	524.942	96.877
	223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	79.914	7.694
	224 - Transferências Legais Recebidas da União	11	341.405
	225 - Sistema Único de Saúde- SUS	2.452.658	622.585
	227 - Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	3.523.385	17
	230 - Recursos Próprios	722.570	1.838.078
	231 - Recursos Próprios do Rioprevidência	25.101	1.380.932
	232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	1.913.757	584.832
	233 - Alienação de Bens	143.457	31.323
	234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	14.933	1.284.743
	237 - Sistema de Proteção Social dos Militares	179.648	166.216
	240 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	7.373	4.740
	245 - Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário - Outras Fontes	-	88.600
	251 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	430.125	5.084
	297 - Conservação Ambiental	-	393.840
	999 - A definir	225	225
	TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	19.412.594	10.609.651

Fonte: Siafe - Rio


Elayne Conceição Alparone Glão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronaldo Mazar Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.594-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

1.9. Demonstração Das Variações Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS


ANEXO 15 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)


Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021


PODER EXECUTIVO

Em Mil

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	Notas 2.26.1	2022	2021
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		64.384.332	68.538.770
CONTRIBUIÇÕES		7.297.338	5.879.379
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERV. E DIREITOS		2.518.787	1.346.199
VARIAÇÕES PATRIM. AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		32.003.269	14.124.719
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.26.1.1	155.657.734	114.542.448
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		29.729.323	18.143.711
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.26.1.2	90.969.243	248.696.212
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		382.560.026	471.271.438
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.26.2	2022	2021
PESSOAL E ENCARGOS		24.536.891	18.775.364
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		25.231.837	21.963.043
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO - CAPITAL FIXO		13.392.562	8.268.501
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUT. FINANCEIRAS		28.572.258	22.580.456
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	2.26.2.1	151.325.431	121.891.052
DESVALORIZAÇÃO E PERDAS DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.26.2.2	103.633.241	11.375.638
TRIBUTÁRIAS		1.196.006	958.245
CUSTO MERCAD. E PROD. VEND. E SERV. PRESTADOS		49	106
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.26.2.3	11.442.792	260.205.252
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		359.331.068	466.017.657
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)		23.228.958	5.253.782


Elayne Conceição Alparone Gilão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronaldo Mazon Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8

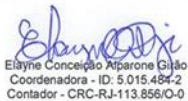

Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0


1.10. Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

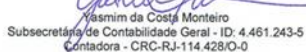
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2022

Em Mil

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reserv.	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	(23.676.507)	-	2.396.608	(2.111.068)	25.102	5.119.100	(107.154.973)	-	(125.401.737)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	2.822.914	-	2.822.914
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(18)	18	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	2.147.847	-	-	147	-	2.147.994
Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	-	-	601	-	-	601
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	23.228.958	-	23.228.958
Reserva Legal	-	-	-	-	-	-	(331)	-	(331)
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	-	-	-	-	70	-	(70)	-	-
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	5.916	-	(5.072.232)	-	-	(5.066.316)
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de Reservas	-	-	-	-	992	-	(992)	-	-
Extinção de Unid. Gestora	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transf. de saldo de UG's Extintas para a UG 370400	-	-	-	-	2.067	-	(2.067)	-	-
Saldos Finais	(23.676.507)	-	2.396.608	42.695	28.231	47.452	(81.106.396)	-	(102.267.917)

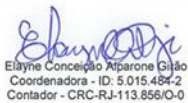

Elayne Conceição Alparone Gijão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronaldo Magalhães Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8

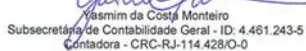

Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

1.11. Demonstrativo Da Dívida Flutuante

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	MOVIMENTAÇÃO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	PAGAMENTO	CANCELAMENTO	
Restos a Pagar	10.359.849	2.227.261	1.944.983	3.780.874	6.861.253
Exercícios Anteriores	10.359.849	0	1.944.983	3.780.874	4.633.993
Restos a Pagar	10.357.304	0	1.944.983	3.780.874	4.631.447
Restos a Pagar Processados	9.950.243	-	1.786.044	3.540.463	4.623.736
Restos a Pagar Não Processados	407.061	-	158.940	240.411	7.711
Restos a Pagar - DEC 40.874/07 E 41.377/08	2.545	-	-	0	2.545
Exercício Atual	-	2.227.261	-	-	2.227.261
Sentenças Judiciais anteriores a 2015	28.758	-	-	-	28.758
Depósitos	3.522.600	24.220.910	23.273.661	172.524	4.297.324
Consignações	1.515.569	12.445.218	11.890.775	160.081	1.909.931
Depósitos de Diversas Origens	2.007.031	11.775.691	11.382.886	12.443	2.387.393
Credores Entidades e Agentes	23.270	2.142	2.130	0	23.282
Total da Dívida Flutuante	13.934.478	26.450.313	25.220.775	3.953.398	11.210.618


Elayne Conceição Alparone Gijão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronaldo Magalhães Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

1.12. Demonstração Do Fluxo De Caixa

ANEXO 18 DA LEI FEDERAL Nº 4.320/64 (conforme Portaria STN nº 438/2012)

Valores em 31/12/2022 e 31/12/2021

PODER EXECUTIVO

Em Mil

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	2022	2021
INGRESSOS	356.670.776	330.556.840
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	42.663.235	42.068.771
Receita de Contribuições	7.329.536	5.892.493
Receita Patrimonial	34.202.918	28.695.976
Receita Agropecuária	5	886
Receita Industrial	1.839	673
Receita de Serviços	2.225.502	1.052.762
Remuneração das Disponibilidades	-	177.252
Transferências recebidas	113.279.784	86.015.485
Outras Receitas	1.977.855	2.826.801
Outros ingressos operacionais	154.990.101	163.825.741
DESEMBOLSOS	348.187.656	318.492.200
Pessoal e demais despesas	66.196.683	56.333.878
Juros e encargos da dívida	945.531	1.053.248
Transferências concedidas	123.031.347	94.709.541
Outros desembolsos operacionais	158.014.095	166.395.533
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES (I)	8.483.120	12.064.640

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2022	2021
INGRESSOS	118.199	103.180
Alienação de Bens	1.865	336
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	116.334	102.844
Outros ingressos de investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	5.178.811	1.666.959
Aquisição de Ativo Não Circulante	4.033.054	983.673
Concessão de empréstimos e financiamentos	244.220	303.400
Outros Desembolsos de Investimentos	901.537	379.887
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	(5.060.612)	(1.563.780)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	2022	2021
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de capital recebidas	-	-
DESEMBOLSOS	728.410	590.909
Amortização / Refinanciamento da Dívida	307.847	358.307
Constituição ou Aumento de Capital de Empresas	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	420.563	232.602
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	(728.410)	(590.909)

GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	2.694.098	9.909.951
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	19.094.314	9.184.364
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	21.788.413	19.094.314

1.13. Demonstração Do Fluxo De Caixa - Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas

QUADRO - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS		
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	2022	2021
Intergovernamentais	5.009.965	4.230.513
da União	4.917.422	4.128.573
de Estados e Distrito Federal	4	1.889
de Municípios	92.539	100.051
Intragovernamentais	104.310.105	77.676.798
Outras transferências correntes recebidas	3.959.714	4.108.174
Total das Transferências Recebidas	113.279.784	86.015.485
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	3.728.546	3.475.139
da União	131	10.199
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	3.728.415	3.464.939
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	118.405.260	90.783.247
Outras transferências concedidas	897.541	451.155
Total das Transferências Concedidas	123.031.347	94.709.541


1.14. Demonstração Do Fluxo De Caixa - Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função


QUADRO - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO		
PESSOAL E OUTRAS DESPESAS CORRENTES POR FUNÇÃO	2022	2021
Judiciaria	8.706	3.484
Essencial a Justiça	458.925	405.002
Administração	5.422.357	3.687.294
Segurança Pública	13.371.724	9.965.986
Assistência Social	688.932	394.473
Previdência Social	26.746.352	25.038.273
Saúde	5.460.289	4.685.573
Trabalho	108.437	41.596
Educação	8.491.542	6.838.053
Cultura	215.210	137.825
Direitos da Cidadania	345.275	260.237
Urbanismo	73.375	58.199
Habitação	124.532	72.941
Saneamento	40	40
Gestão Ambiental	195.368	145.809
Ciência e Tecnologia	392.902	468.417
Agricultura	549.445	319.785
Organização Agrária	97.432	12.137
Indústria	128.155	79.126
Comércio e Serviços	329.201	198.708
Comunicações	27	6.833
Energia	50	21
Transporte	1.168.538	465.296
Desporto e Lazer	19.767	21.620
Encargos Especiais	1.800.101	3.027.149
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	66.196.683	56.333.878


1.15. Demonstração Do Fluxo De Caixa - Quadro de Juros e Encargos da Dívida

QUADRO - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		
	2022	2021
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	925.651	1.014.222
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	19.880	39.026
Total dos Juros e Encargos da Dívida	945.531	1.053.248

Fonte: Siafe - Rio


Elayne Conceição Alparone Gijão
Coordenadora - ID: 5.015.484-2
Contador - CRC-RJ-113.856/O-0


Ronaldo Masetto Guedes Rodrigues
Superintendente - ID: 1.943.584-3
Contador - CRC-RJ-079208/O-8


Yasmin da Costa Monteiro
Subsecretária de Contabilidade Geral - ID: 4.461.243-5
Contadora - CRC-RJ-114.428/O-0

02 – Notas Explicativas às DCASP – Poder Executivo

2.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

TABELA 001 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV %	AH %
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	21.788.413	100,00%	19.094.314	100,00%	14,11%
Caixa e Equivalentes de Caixa - Consolidação	20.772.029	95,34%	18.139.380	95,00%	14,51%
Caixa	21	0,00%	2	0,00%	1115,31%
Conta Única	310.314	1,49%	554.361	3,06%	-44,02%
Conta Única RPPS	57.128	0,28%	57.108	0,31%	0,03%
Bancos	2.793.077	13,45%	2.626.480	14,48%	6,34%
Rede Bancária - Arrecadação	6	0,00%	6	0,00%	0,00%
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	17.611.484	84,78%	14.901.424	82,15%	18,19%
Caixa e Equivalentes de Caixa - Intra OFSS	1.016.384	4,66%	954.934	5,00%	6,43%
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	1.016.384	100,00%	954.934	100,00%	6,43%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Em 2022, o saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa do Poder Executivo totalizou R\$ 21.788.413 mil. Na comparação com o final do exercício anterior verifica-se um acréscimo de 14,11%. Esse aumento deve-se principalmente a variação positiva de 18,19% do saldo de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata devido a aplicação de recursos na instituição do Fundo Soberano do Estado do Rio de Janeiro, regulamentado pela Lei Complementar nº 200/2022.

Os principais valores da conta "Bancos" estão concentrados nas Unidades Gestoras demonstradas na tabela 001.1 - BANCOS:

TABELA 001.1 - BANCOS

Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2022

Detalhamento por Unidade Gestora	2022	AV %
Bancos	2.793.077	100,00%
166100 - Fundo especial do corpo de bombeiros	671.101	24,03%
263100 - Departamento de trânsito do Rio de Janeiro	428.609	15,35%
400200 - Gestão do Índice Educação	367.475	13,16%
296100 - Fundo estadual de saúde - FES	274.375	9,82%
180100 - Secretaria de estado de educação	229.048	8,20%
Demais UG's	822.470	29,45%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical (2021)

As Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata, que representam 84,78% do saldo de “Caixa e Equivalente de Caixa – Consolidação”, compreende as aplicações financeiras de alta liquidez em moeda nacional, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e cujo montante em 2022 foi de R\$ 17.611.484, composto majoritariamente pelo saldo da conta Fundos de Investimentos e, de forma menos relevante, pela conta POUPANÇA.

Tais Fundos de Investimento têm seus valores mais proeminentes, ou 87,94% do total, demonstrados na tabela abaixo:

TABELA 001.2 - APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA

Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2022

R\$ Mil

Detalhamento por Unidade Gestora	2022	AV %
Fundos de Investimentos	17.284.495	100,00%
999900 - Tesouro do estado do Rio de Janeiro	10.457.121	60,50%
226300 - Fundo soberano do estado do rio de janeiro	3.049.952	17,65%
180100 - Secretaria de estado de educacao	901.874	5,22%
266500 - Fundo da policia militar do ERJ	789.457	4,57%
Demais UG's	2.086.092	12,07%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical (2022)

A conta Poupança registra o valor das aplicações financeiras em poupanças e seus rendimentos (juros e atualização monetária) posteriores. Em 2022 os valores mais relevantes, representando 82,48% do total, estão registrados nas unidades gestoras demonstradas na tabela abaixo:

TABELA 001.3 - POUPANÇA

Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2022

R\$ Mil

Detalhamento por Unidade Gestora	2022	AV %
Poupança	296.031	100,00%
296100 - Fundo estadual de saude - FES	108.091	36,51%
070100 - Secretaria de estado de infraestrutura e obras	97.110	32,80%
150100 - Secretaria de estado de cultura e economia criativa	27.624	9,33%
180100 - Secretaria de estado de educacao	11.374	3,84%
Demais UG's	51.833	17,51%

Notas: AV - Análise Vertical (2022)

A conta Limite de Saque com Vinculação de Pagamento, classificada no Caixa e Equivalentes de Caixa – Intra OFSS, está composta também por Limite de Saque Sujeito à Programação Financeira, Limite de Saque Sujeito à Liberação e Valores a Receber por Arresto. As contas de Limite de Saque têm como função demonstrar a “fatia” de recursos financeiros pertencem a terceiros (UG arrecadadora) que estão depositados na Conta Única do Estado – CUTE. Essas contas apresentaram um saldo de R\$ 1.016.384 Mil ao final do exercício de 2022.

Os Valores a Receber por Arresto representam os valores arrestados nas contas bancárias dos órgãos para cobrir despesas do Tesouro. Este valor em 2022 correspondeu ao montante de R\$ 119.223 mil e guarda correspondência com o passivo contabilizado no Tesouro Estadual na conta Recursos a Liberar por Mandado de Arresto.

TABELA 001.4 – LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO

Detalhamento - Estado do Rio de Janeiro - 2022

R\$ Mil

Detalhamento por Unidade Gestora	2022	AV %
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	1.016.384	100,00%
111122002 - Limite de Saque Sujeito a Programação Financeira	725.068	71,34%
111122003 - Valores a Receber por Arresto	119.223	11,73%
111122001 - Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	87.172	8,58%
111122006 - Limite de Saque Sujeito a Liberação	84.920	8,36%

Notas: AV - Análise Vertical (2022)

2.2 Créditos a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis no curso do exercício social subsequente.

TABELA 002 - CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	18.513.984	100,00%	17.722.226	100,00%	4,47%
Créditos Tributários a Receber	1.668.069	9,01%	288.528	1,63%	478,13%
Clientes	354.223	1,91%	312.777	1,76%	13,25%
Créditos de Transferências a Receber	453.294	2,45%	781.678	4,41%	-42,01%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	220.965	1,19%	531.983	3,00%	-58,46%
Dívida Ativa Tributária	523.155	2,83%	1.246.698	7,03%	-58,04%
Dívida Ativa Não Tributária	62.228	0,34%	124.957	0,71%	-50,20%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Curto Prazo	(396.859)	-2,14%	(8.501)	-0,05%	4568,49%
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	15.628.908	84,42%	14.444.106	81,50%	8,20%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

A) CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber oriundos das variações patrimoniais aumentativas tributárias, realizáveis no curso do exercício social subsequente. Tributos são o conjunto de impostos, taxas, contribuições e empréstimos compulsórios que formam a receita do Estado.

O montante a receber teve um acréscimo significativo de 478,13% em relação ao exercício anterior, observado principalmente pela contabilização de R\$ 968.609 Mil referente a COTA-PARTE DO ESTADO – IPVA na conta CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS A RECEBER – CONSOLIDAÇÃO, que compreende os saldos que não serão excluídos nos demonstrativos consolidados do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS).

Compõe também o saldo da conta de Créditos Tributários a Receber as operações intragovernamentais registradas no Rioprevidência, tendo como contrapartida a Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado do Rio de Janeiro. A incorporação do direito à percepção da receita dos Créditos Tributários Parcelados do Estado do Rio de Janeiro ao patrimônio desta Autarquia Previdenciária foi estabelecida pelos Decretos 36.994/2005 e 37.047/2005.

B) CLIENTES

Compreende os valores das faturas/duplicatas a receber decorrentes das vendas a prazo de mercadorias ou serviços que ocorram no curso normal das operações da entidade, representando um direito a cobrar de seus clientes.

Em 2022, esta rubrica apresentou um acréscimo de 13,25% em relação ao ano anterior, sendo a principal causa o registro de valores em Duplicatas a Receber.

C) CRÉDITOS DE TRANSFERÊNCIAS A RECEBER

Compreende os valores relativos a créditos a receber decorrentes de transferências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, Consórcios Públicos e outras Instituições.

Ocorreu um decréscimo de 42,01% em relação ao exercício anterior nesta rubrica, ocasionado principalmente pela reclassificação dos saldos para adequação ao PCASP.

O saldo total da Rubrica está registrado na Unidade Gestora Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e refere-se ao Registro do direito a receber referente à Cessão Onerosa do Bônus de Assinatura do Leilão dos Excedentes de Atapu e Sépia. Repasse aos estados, municípios e DF dos valores arrecadados com os leilões se refere a Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010 e de acordo com o estabelecido pela Lei Federal nº 13.885, de 17 de outubro de 2019 (Incluído pela Lei Complementar nº 176, de 2020).

D) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

São os recursos provenientes de empréstimos e financiamentos concedidos pelo Governo do Estado, majoritariamente registrados no Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado Para Empreendedores.

Houve um decréscimo de 58,46% observado em 2022 em relação ao ano anterior, decorrente sobretudo da Transferência do valor de R\$ 335.320 Mil referente aos empréstimos concedidos do programa Supera RJ do curto para o longo prazo.

E) DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA E NÃO TRIBUTÁRIA

A Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas, contendo inclusive, juros e atualização monetária, ou quaisquer outros encargos aplicados sobre o valor inscrito. A Dívida Ativa pode ser de natureza tributária ou não tributária.

A **Dívida Ativa Tributária** corresponde aos créditos dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, regularmente inscrita na repartição administrativa

competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular.

Já a **Dívida Ativa não Tributária** é composta pelos demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias, foros, laudêmios, aluguéis ou taxas de ocupação, custas processuais, preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos, indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente julgados, bem assim os créditos decorrentes de obrigações em moeda estrangeira, de sub-rogação de hipoteca, fiança, aval ou outra garantia, de contratos em geral ou de outras obrigações legais.

Os valores da Dívida Ativa do Longo Prazo, por serem mais expressivos, terão maior grau de detalhamento no item 2.6 “B” destas Notas Explicativas – Poder Executivo.

2.2.1 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações realizáveis no curto prazo, tais como adiantamentos concedidos, tributos a recuperar, créditos por danos ao patrimônio, dentre outros não relacionados nos itens anteriores.

TABELA 002.1 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	15.628.908	100,00%	14.444.106	100,00%	8,20%
Adiantamentos Concedidos	3.561.866	22,79%	2.896.371	20,05%	22,98%
Tributos a Recuperar / Compensar	78.673	0,50%	79.032	0,55%	-0,45%
Créditos a Receber por Desc. da Prest. de Serv. Públicos	46.425	0,30%	1.141.823	7,91%	-95,93%
Créditos por Danos ao Patrimônio	2.127.138	13,61%	1.946.682	13,48%	9,27%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.326.062	8,48%	1.880.316	13,02%	-29,48%
Créditos previdenciários do rpps a receber a curto prazo	832.829	5,33%	810.148	5,61%	2,80%
Outros Cred. a Receber e Valores a Curto Prazo	9.886.344	63,26%	7.848.515	54,34%	25,96%
(-) Ajustes de Perdas de Demais Créd. e Val. a Curto Prazo	(2.230.430)	-14,27%	(2.158.781)	-14,95%	3,32%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

A) ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS

Compreende as antecipações concedidas a pessoal, tais como antecipações de salários e ordenados, adiantamentos de 13º salário, adiantamentos de férias, suprimento de fundos, adiantamentos a

fornecedores, pesquisadores e pessoas físicas. Em suma, adiantamentos concedidos consistem na entrega de numerário, sempre precedida de empenho na dotação própria, com a finalidade de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Este grupo é composto por um montante significativo de R\$ 3.561.866 mil e representa 22,79% do Subgrupo Demais Créditos e Valores a Longo Prazo.

A referida descentralização objetiva dotar os componentes organizacionais de meios eficientes, capazes de proporcionar maior êxito na gestão e realização das metas, minimizar os entraves administrativos e burocráticos, bem como agilizar a execução de recursos para compra de materiais, prestação de serviços e despesas afins.

Contabilmente, esta descentralização de recursos gera um ativo, já que no momento da concessão não há redução do patrimônio líquido. Tal redução será verificada por ocasião da apresentação dos documentos comprobatórios das despesas realizadas.

Os valores mais relevantes deste título encontram-se registrados nas Unidades Gestoras FUND. CARLOS CHAGAS FILHO DE AMP. A PESQUISA-RJ (R\$ 1.396.029 Mil), FUNDACAO APOIO A ESCOLA TECNICA ESTADO RJ (R\$ 934.360 Mil) e TESOURO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (R\$ 630.003).

B) TRIBUTOS A RECUPERAR / COMPENSAR

Registra valores a recuperar de impostos e contribuições, tais como: Imposto de Renda, Contribuição Social, Contribuições Patronais e Previdenciárias, entre outros.

A Rubrica totalizou R\$ 78.673 Mil ao final do exercício de 2022, representando 0,50% em comparação ao saldo de Demais Créditos e Valores a Curto prazo. Em sua análise horizontal foi observado o decréscimo de 0,45% em relação ao exercício de 2021.

C) CRÉDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Compreende os créditos a receber decorrentes da descentralização de serviços públicos, tanto por meio de outorga a entidades da administração indireta como por meio de delegação, nas formas de concessão, inclusive parcerias público-privada - PPP, permissão ou autorização ao particular do direito de exploração de serviços públicos.

Foi observado um decréscimo significativo de 95,94% em relação ao exercício anterior ocasionado principalmente pelo recebimento ref. 2ª parcela do contrato de concessão transferido pela concessionária IGUA RIO DE JANEIRO S/A, com ingresso no TESOURO.

D) CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

Compreende a apuração e o respectivo registro de responsabilidade por danos ao erário, regulamentada pela legislação pertinente, abrangendo os possíveis créditos em favor do Estado que ainda se encontram em fase de apuração, bem como aqueles que, uma vez apurados, configuram-se como direito em favor da Administração Pública.

Tais créditos são originados por atos, comissivos ou omissivos, que comprovadamente ou potencialmente – no caso de responsabilidade ainda em fase de apuração – vieram a causar prejuízos ao erário, tais como: ausência de prestação de contas, desvios ou desfalques de bens, valores ou dinheiros públicos e a prática de atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos que possam acarretar prejuízos aos cofres públicos.

TABELA 002.1.1 - CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	2.127.138	100,00%	1.946.682	100,00%	9,27%
Pagamentos Indevidos	122.778	5,77%	114.780	5,90%	6,97%
Desvio/Extravio de Bens	32.409	1,52%	32.508	1,67%	-0,30%
Desfalques ou Desvios	3.902	0,18%	5.454	0,28%	-28,46%
Responsáveis por Danos	753.862	35,44%	566.596	29,11%	33,05%
Despesa sem Prévio Empenho	14	0,00%	14	0,00%	0,00%
Pagamentos sem Empenho	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Falta de Licitação	10.160	0,48%	10.160	0,52%	0,00%
Por Adiantamentos Concedidos	149	0,01%	150	0,01%	-0,64%
Ausência de Outras Prestações de Contas	65.805	3,09%	40.921	2,10%	60,81%
Multas e Juros	62	0,00%	26	0,00%	135,27%
Por Convênios, Acordos e Ajustes celebrados	763.929	35,91%	814.006	41,82%	-6,15%
Pela Ocorrência de Sinistros	19	0,00%	19	0,00%	0,00%
Outras Responsabilidades	374.050	17,58%	362.048	18,60%	3,32%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O saldo da conta Créditos por Danos ao Patrimônio apresentou um acréscimo de 9,27% em relação ao exercício anterior, variando de R\$ 1.946.682 mil em 2021 para R\$ 2.127.138 mil em 2022.

Os créditos por danos causados ao patrimônio referentes aos *Convênios, Acordos e Ajustes Celebrados* totalizam R\$ 763.929 mil, representando 35,91% do montante do grupo, ademais, foi observado um decréscimo de 6,15% em relação ao exercício de 2021.

Em *Responsáveis por Danos* estão registradas as responsabilidades dos funcionários, agentes ou terceiros por danos causados ao patrimônio estadual. Em 2022 este grupo apresentou um saldo relevante de R\$ 753.862 mil, constituindo 35,44% dos **Créditos por Danos ao Patrimônio** e representando um aumento de 33,05% em relação ao exercício de 2021.

Os principais valores referentes as *Outras Responsabilidades* estão registrados nas unidades gestoras 124100 - Fund Centro Est Estat Pesq. e Form. Servidores Públicos; 180100 - Secretaria de Estado de Educação, 404400 - Fundação Apoio a Escola Técnica Estado RJ e 296100 - Fundo Estadual de Saúde – FES.

E) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis no curto prazo.

TABELA 002.1.2 - DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS	1.326.062	100,00%	1.880.316	100,00%	-29,48%
Depósitos e Cauções	40.865	3,08%	28.500	1,52%	43,39%
Depósitos Judiciais	161.434	12,17%	161.519	8,59%	-0,05%
Depósitos Recursais	2.540	0,19%	2.371	0,13%	7,12%
Bloqueios Bancários	466.254	35,16%	404.388	21,51%	15,30%
Cauções Contratuais	4.800	0,36%	4.800	0,26%	0,00%
Bloq. Bancários - DDO Cred. Entid. e Agentes	1.554	0,12%	1.529	0,08%	1,67%
Precatórios - EC 62/2009	47.085	3,55%	47.085	2,50%	0,00%
Bloqueios Bancários Sequestrados	65	0,00%	65	0,00%	0,00%
Outros Depósitos	58	0,00%	58	0,00%	0,00%
Conta Especial Precatórios	594.983	44,87%	1.223.579	65,07%	-51,37%
Bloqueios Bancários a Receber	6.423	0,48%	6.423	0,34%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Este grupo sofreu um decréscimo de 29,48% em relação ao ano anterior, variando de R\$ 1.880.316 mil em 2021 para R\$ 1.326.062 mil em 2022.

O saldo da Conta Especial Precatórios possui uma representatividade de 44,87 % do grupo passando de R\$ 1.223.579 mil em 2021 para R\$ 594.983 mil em 2022, apurando um decréscimo de 51,37% em relação ao exercício anterior.

O saldo desta conta encontra-se registrado integralmente na unidade gestora Encargos Gerais – Precatórios Judiciais/SEFAZ e o decréscimo observado foi ocasionado pelo registro de pagamento de precatórios.

F) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

TABELA 002.1.3 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CP	9.886.344	100,00%	7.848.515	100,00%	25,96%
Outros Créditos a Receber	4.684.035	47,38%	3.910.856	49,83%	19,77%
Adiantamentos por Transferências Voluntárias	1.909.897	40,77%	1.139.694	29,14%	67,58%
Restos a Receber	41.104	0,88%	41.104	1,05%	0,00%
Ressarcimento de Pessoal Cedido - Consolidação	1.327	0,03%	1.246	0,03%	6,56%
Cheques Devolvidos em Cobrança	14	0,00%	14	0,00%	0,00%
Taxas e Multas a Receber	707	0,02%	831	0,02%	-14,94%
Créditos com Empresas Estaduais	2.124	0,05%	2.124	0,05%	0,00%
Indenizações e Restituições a Receber	137.686	2,94%	130.060	3,33%	5,86%
Cotas Financeiras a Receber	161.839	3,46%	152.155	3,89%	6,36%
Créditos a Receber de Promissários	320	0,01%	320	0,01%	0,00%
Operações de Crédito a Receber	804	0,02%	804	0,02%	0,00%
Contrib. Do Servidor p/ Fundo de Saúde Militar	70.328	1,50%	68.186	1,74%	3,14%
Agentes Devedores Diversos	1.102	0,02%	1.102	0,03%	0,00%
Outras Entidades Devedoras	2.552	0,05%	2.552	0,07%	0,00%
Aluguéis a Receber	55.697	1,19%	46.235	1,18%	20,46%
Taxa de Ocupação de Imóveis	4.516	0,10%	4.498	0,12%	0,40%
Repasses Previdenciários RPPS Consolidação	0	0,00%	581	0,01%	-100,00%
Serv. Hosp. e Exames Laborator. a Receber	10.256	0,22%	10.256	0,26%	0,00%
Valores a Receber Lei nº 7.391 / 2016 (7,5% DUDA DETRAN)	8.986	0,19%	9.194	0,24%	-2,26%
Valores em Trânsito - Precatórios	72.569	1,55%	97.694	2,50%	-25,72%
Demais Créditos a Receber	2.202.208	47,02%	2.202.208	56,31%	0,00%
Valores em Trânsito Realizáveis	1.436.602	14,53%	1.173.530	14,95%	22,42%
Créditos a Receber por Reembolso de Salário Maternidade Pago	494	0,00%	402	0,01%	22,87%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	655	0,01%	0	0,00%	100,00%
Créditos a Receber Decorrentes de Pagamento de Despesa de Terceiros	15.064	0,15%	13.176	0,17%	14,33%
Dividendos Propostos a Receber	54.551	0,55%	54.551	0,70%	0,00%
Créditos Intragovernamentais	1.216.909	12,31%	976.203	12,44%	24,66%
Créditos a Receber por cessão de Pessoal INTRA	475.869	4,81%	34.767	0,44%	1268,73%
Outros Créditos a Receber e Valores a CP	2.002.166	20,25%	1.685.030	21,47%	18,82%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O total desta rubrica em 2022 apresentou um acréscimo de 25,96% em relação ao ano anterior, sendo os valores de maior relevância no grupo comentados a seguir:

ADIANTAMENTOS POR TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Esta conta apresentou um montante de R\$ 1.909.897 mil, equivalente a 40,77% do grupo **Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo**. O saldo deste Subitem em 2022 apresentou um acréscimo de 67,58% em relação a 2021 decorrente principalmente da Unidade Gestora **Fundo Estadual de Transporte** que apurou o saldo de R\$ 601.170 Mil, auferindo um aumento de 231,25% em relação ao exercício anterior, que registrou o saldo de R\$ 181.483 Mil, este aumento observado ocorreu principalmente para atendimento de despesas com operacionalização dos Sistemas do BUI para atendimento do ano corrente.

Ademais, concorreu com o aumento observado a Unidade Gestora **Secretaria de Estado de Transportes**, que obteve o saldo de R\$ 245.810 Mil decorrente de adiantamento para atender o pagamento das obrigações contraídas em virtude da celebração do 8º Termo Aditivo entre o Poder Concedente e a Concessionária MetroRio, suplementado por meio do Decreto Estadual nº 48.006, de 30 de março de 2022.

Ainda, cabe ressaltar que está registrado na Unidade Gestora **Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro** R\$ 515.769 Mil do saldo do Subitem **Adiantamentos por Transferências Voluntárias**.

DEMAIS CRÉDITOS A RECEBER

Os **Demais Créditos a Receber** representam 47,02% do grupo, sendo a maior parte, o montante de R\$ 2.150.631 mil, pertencente ao Rioprevidência, e que se refere a receita de dívida ativa não repassada pelo Estado do Rio de Janeiro a autarquia previdenciária desde 2005, devendo o saldo permanecer registrado até que a questão jurídica sobre a anulação do Decreto Estadual nº 37.050/05 pelo Decreto Estadual 44.006/12 seja resolvida, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado constante do processo nº 105.879-8/14.

VALORES EM TRÂNSITO REALIZÁVEIS

Os Valores em Trânsito Realizáveis representam 14,93% do total do grupo **Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo**. O saldo em sua maioria corresponde aos valores registrados nas contas Valores a Conciliar (R\$ 501.223 mil), Aportes de Recursos para Regularização de Pagamentos – Mandados de Arresto (R\$ 229.640 mil), Mandados de Arresto (R\$ 224.296 mil), Rede Bancária - Arrecadação Bruta (198.149 mil), e Pagamentos a Regularizar (R\$ 100.455 mil).

CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS

Neste grupo está registrado o montante dos créditos a receber oriundos de transações ocorridas entre órgãos ou entidades integrantes da estrutura do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo composto pelos saldos abaixo:

TABELA 00.2.1.3.1 - CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
CRÉDITOS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.216.909	100,00%	976.203	100,00%	24,66%
Créditos a Receber pela Compensação BERJ	587.511	48,28%	502.423	51,47%	16,94%
Créditos de Órgãos e Entidades Estaduais	114.972	9,45%	114.972	11,78%	0,00%
Créditos a Receber para Compensação Passivo Ambiental	1.130	0,09%	1.130	0,12%	0,00%
Indenizações e Restituições a Receber - Intra	30	0,00%	19	0,00%	56,31%
Créditos a Receber Decorrentes de Folha de Pagto - SPSM	184.745	15,18%	155.122	15,89%	19,10%
Aluguéis a Receber por Ano/Mês	9.107	0,75%	9.025	0,92%	0,91%
Valores a Receber Lei nº 5.639/2010 - FUNDRHI	373	0,03%	0	0,00%	100,00%
Valores a Receber EC Nº 93/2016 - DRE	159.087	13,07%	150.557	15,42%	5,67%
Restituição de Participações Especiais a Receber	21.106	1,73%	21.106	2,16%	0,00%
Valores a receber taxa e imolumentos extrajudiciais - ato conjunto nº 9/2016 funperj	0	0,00%	0	0,00%	0,00%
Valores a receber bens cedidos	0	0,00%	74	0,01%	-100,00%
Valores a receber da devolução do fecam/dre - lei 3.189/99	59.937	4,93%	6.538	0,67%	816,76%
Valores a receber royalties & pe (fised)	27.638	2,27%	15.237	1,56%	81,39%
Transferência de Recursos - Devoluções a Receber de Duodécimos	51.273	4,21%	0	0,00%	100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Do montante total dos Créditos a Receber pela Compensação do BERJ, R\$ 587.439 mil estão registrados no ativo do Rioprevidência e R\$ 72 mil no Tesouro Estadual.

O saldo da linha Créditos a receber decorrentes de folha de Pgto – SPSM Registra os créditos a receber decorrentes da folha de pagamento do Sistema de Proteção Social dos Militares. Tal conta representou em 2022 15,18% do saldo total dos Créditos Intragovernamentais, totalizando 184.745 Mil, apurando um aumento de 19,10% em relação ao exercício anterior.

G) AJUSTES DE PERDAS DE DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

A rubrica *Ajustes de Perdas de Demais Créditos e Valores a Curto Prazo* soma R\$ 2.230.430 mil, dos quais R\$ 2.150.431 mil (99,51%) correspondem ao montante registrado no ativo referente à apropriação do direito da dívida ativa não repassada pelo Estado do Rio de Janeiro ao Rioprevidência desde 2005, devendo o saldo permanecer registrado até que a questão jurídica sobre a anulação do Decreto Estadual nº 37.050/05 pelo Decreto Estadual 44.006/12 seja resolvida, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado constante do processo nº 105.879-8/14.

2.3 Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo

Compreendem as aplicações de recursos em títulos e valores mobiliários, não destinados à negociação e que não façam parte das atividades operacionais da entidade, resgatáveis no curto prazo, além das aplicações temporárias em metais preciosos.

TABELA 003 - INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	8.424.895	100,00%	4.372.979	100,00%	92,66%
Títulos e Valores Mobiliários	8.424.895	100,00%	4.372.979	100,00%	92,66%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O saldo dos Títulos e Valores Mobiliários foi de R\$ 8.424.895 mil tendo apresentado um acréscimo de 92,66% em relação ao exercício de 2021, sendo majoritariamente registrado na conta Fundos de Investimento em Renda Fixa nas unidades gestoras vinculadas aos regimes previdenciários 123400 Fundo Único Rioprevidencia (R\$ 5.021.608 mil) e Fundo Plano Previdenciário (R\$ 1.588.995 mil).

2.4 Estoques

Compreende o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

TABELA 004 – ESTOQUES

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
ESTOQUES	1.179.801	100,00%	1.025.253	100,00%	15,07%
Produtos e Serviços em Elaboração	774	0,07%	516	0,05%	50,04%
Matérias-primas	1.967	0,17%	993	0,10%	98,14%
Almoxarifado	1.030.479	87,34%	876.887	85,53%	17,52%
Outros Estoques	146.582	12,42%	146.857	14,32%	-0,19%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O **Estoque** apresentou um saldo de R\$ 1.179.801 mil em 2022, perfazendo um acréscimo de 15,07% em relação ao exercício anterior, em especial, pela variação do saldo da conta *almoxarifado*, principal conta deste grupo, cujo saldo de R\$ 1.030.479 mil encontra-se registrado em sua maior parte na Fundação

Saúde do Estado do Rio De Janeiro (R\$ 344.421 mil), Secretaria de Estado de Saúde (R\$ 264.610 mil), Secretaria De Estado De Polícia Militar - SEPM (183.947 mil) e na Secretaria de Estado de Polícia Civil (R\$ 40.328 mil).

2.5 Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Compreende pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo.

TABELA 005 - VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE	8.477	100,00%	8.160	100,00%	3,88%
Prêmios de Seguros a Apropriar	114	1,35%	108	1,32%	5,78%
Assinaturas e Anuidades a Apropriar	738	8,70%	750	9,19%	-1,70%
Aluguéis Pagos a Apropriar	214	2,52%	0	0,00%	100,00%
Benefícios a Pessoal a Apropriar	7.404	87,34%	7.239	88,71%	2,28%
Demais VPD a Apropriar	7	0,09%	63	0,77%	-88,28%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Em 2022, as **VPD Pagas Antecipadamente** apresentaram saldo de R\$ 8.477 mil, representando um acréscimo de 3,88% em relação ao ano anterior.

Os Benefícios a Pessoal a Apropriar que representam 87,34% do total do grupo apresentam um acréscimo de 2,28 % em relação ao exercício anterior. O saldo total da Rubrica está registrado conta Auxílio/Vale Transporte e o seu valor mais significativo pertence à Secretaria de Estado de Polícia Civil no montante de R\$ 7.114 mil.

2.6 Ativo Realizável a Longo Prazo

Compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo.

TABELA 006 - ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	58.157.752	100,00%	52.005.238	100,00%	11,83%
Créditos a Longo Prazo	47.960.314	82,47%	42.487.096	81,70%	12,88%
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	10.140.567	17,44%	9.461.271	18,19%	7,18%
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	473	0,00%	473	0,00%	0,00%
Estoques	56.399	0,10%	56.399	0,11%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Em comparação ao exercício de 2021, o ativo realizável a longo prazo apresentou um acréscimo de 11,83%, influenciado, principalmente, pela variação positiva do saldo de **Créditos a Longo Prazo**.

2.6.1 Créditos a Longo Prazo

Compreende os valores a receber por fornecimentos de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis após doze meses da publicação das demonstrações contábeis deduzidos os ajustes de perdas de créditos a longo prazo.

TABELA 006.1 - CRÉDITOS A LONGO PRAZO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
CRÉDITOS A LONGO PRAZO	47.960.314	100,00%	42.487.096	100,00%	12,88%
Créditos a Longo Prazo - Consolidação	46.247.834	96,43%	40.399.629	95,09%	14,48%
Empréstimos e Financiamentos Concedidos	1.319.280	2,85%	287.599	0,71%	358,72%
Dívida Ativa Tributária	88.537.524	191,44%	118.230.189	292,65%	-25,11%
Dívida Ativa Não Tributária	448.886	0,97%	2.373.177	5,87%	-81,09%
Outros Créditos a Longo Prazo	17	0,00%	17	0,00%	0,00%
(-) Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo	(44.057.873)	-95,26%	(80.491.352)	-199,24%	-45,26%
Créditos de Longo Prazo INTRA OFSS	1.712.480	3,57%	2.087.466	4,91%	-17,96%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Em comparação ao exercício anterior, os **Créditos a Longo Prazo** apuraram um aumento de 12,88%, variando de R\$ 42.487.096 mil em 2021 para R\$ 47.960.314 mil em 2022, sendo esse montante composto dos seguintes créditos:

A) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS

Compreende o somatório dos valores de empréstimos e financiamentos concedidos por autorizações legais ou vinculações a contratos e acordos.

Em 2022 os Empréstimos e Financiamentos Concedidos somaram R\$ 1.319.280 mil, apresentando um acréscimo de 358,72% em relação ao exercício anterior que apurou o saldo de R\$ 287.599 Mil.

A maior parte do registro dos saldos desta rubrica pertence às unidades gestoras Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 649.416 Mil, que apurou um aumento em relação ao exercício anterior ocasionada principalmente pela regularização de R\$ 372.967 mil referente a ajuste pela duplicidade de contabilização nos repasses FREMF e FEMPO nos anos de 2016 a 2021;

Fundo Est. Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores, que apurou o valor total de R\$ 352.793 Mil, observado em especial pela Transferência do valor referente aos empréstimos concedidos do programa Supera RJ do curto para o longo prazo no valor R\$ 335.320;

E por fim, Fundo de **Recup. Economica de Mun. Fluminenses**, que apresentou o montante de R\$ 244.153 Mil.

B) DÍVIDA ATIVA

Conforme explicitado no item 2.2 “E” destas Notas Explicativas – Poder Executivo, a Dívida Ativa abrange os créditos a favor da Fazenda Pública, cuja certeza e liquidez já foram apuradas, porém não foram efetivamente recebidos nas datas aprazadas.

A tabela a seguir demonstra o estoque da Dívida Ativa:

TABELA 006.1.1 - DÍVIDA ATIVA
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DÍVIDA ATIVA - CURTO E LONGO PRAZO	45.154.718	100,00%	41.513.886	100,00%	8,77%
Dívida Ativa Tributária - Curto e Longo Prazo	89.060.678	197,23%	119.476.887	287,80%	-25,46%
Créditos Inscritos a Curto Prazo	523.155	0,59%	1.246.698	1,04%	-58,04%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	89.360.540	100,34%	119.053.205	99,65%	-24,94%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	3	0,000%	3	0,000%	0,00%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa Trib a Longo Prazo	(823.019)	-0,92%	(823.019)	-0,69%	0,00%
Dívida Ativa Não Tributária - Curto e Longo Prazo	511.114	1,13%	2.498.134	6,02%	-79,54%
Creditos Inscritos a Curto Prazo	62.228	12,18%	124.957	5,00%	-50,20%
Créditos Inscritos a Longo Prazo	455.916	89,20%	2.379.610	95,26%	-80,84%
Créditos em Processo de Inscrição a Longo Prazo	11.294	2,21%	11.890	0,48%	-5,02%
Comp. Prec. Judic. c/ Div. Ativa não Trib a Longo Prazo	(18.324)	-3,59%	(18.324)	-0,73%	0,00%
Ajustes para Perdas - Curto e Longo Prazo	(44.417.074)	-98,37%	(80.461.134)	-193,82%	-44,80%
Ajustes para Perdas - Curto Prazo*	(387.024)	0,87%	-	0,00%	100,00%
Ajustes para Perdas - Longo Prazo	(44.030.050)	99,13%	(80.461.134)	100,00%	-45,28%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Foi observado um decréscimo no saldo das Dívidas Ativas Tributária e não Tributária, porém, o saldo líquido da Dívida Ativa, apresentou um acréscimo de 8,77% em relação ao exercício anterior, provocado pelo decréscimo de 44,80% no saldo dos Ajuste para Perdas.

Segue abaixo o detalhamento da Dívida Ativa Tributária de longo prazo, no qual pode se observar que está composta, em grande maioria, pela Dívida Ativa referente ao ICMS:

TABELA 006.1.2 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA LP

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA - LONGO PRAZO	88.537.524	100,00%	118.230.189	100,00%	-25,11%
ICMS	64.041.644	72,33%	93.233.762	78,86%	-31,31%
ICMS - Compensação Precatórios	(812.712)	-0,92%	(812.712)	-0,69%	0,00%
ICM	2.156.203	2,44%	2.143.610	1,81%	0,59%
ICM - Compensação Precatórios	(823)	0,00%	(823)	0,00%	0,00%
FECP	1.635.475	1,85%	2.897.652	2,45%	-43,56%
FECP - Compensação Precatórios	(4.414)	0,00%	(4.414)	0,00%	0,00%
ITD	227.086	0,26%	213.422	0,18%	6,40%
ITD - Compensação Precatórios	(5.012)	-0,01%	(5.012)	0,00%	0,00%
ITBI	1.001	0,00%	972	0,00%	3,00%
IPVA	560.959	0,63%	729.973	0,62%	-23,15%
IPVA - Compensação Precatórios	(58)	0,00%	(58)	0,00%	0,00%
Outros Tributos	201	0,00%	3	0,00%	5735,02%
Outros Tributos - Compensação Precatórios	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Taxas Diversas	234.797	0,27%	287.064	0,24%	-18,21%
Multas Diversas	20.503.176	23,16%	19.546.749	16,53%	4,89%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

C) AJUSTES DE PERDAS DE CRÉDITOS DE LONGO PRAZO

Compreende o ajuste de perdas estimadas com o não recebimento de valores referentes a créditos de longo prazo, por inadimplência de terceiros e outros. Nem sempre é possível assegurar que os valores registrados efetivamente serão recebidos, existindo sempre um percentual de incerteza sobre a realização dos créditos.

Assim, com o objetivo de evidenciar essa margem de incerteza, utilizam-se contas redutoras referentes às contas de Ativos, permitindo que o valor final dos créditos a receber esteja de acordo com o valor provável de realização dos mesmos. Este montante também sofre atualização baseado nos Demonstrativos do Estoque da Dívida Ativa enviados pela Procuradoria da Dívida Ativa – PG-5.

D) CRÉDITOS DE LONGO PRAZO INTRA-OFSS

Esta rubrica apresenta saldos referentes aos registros do fluxo do ICMS Parcelado a Receber, registrado no Rioprevidência e aos registros dos Recursos a Receber - Decreto Estadual nº 46.495/2018, que dispõe sobre o controle dos recursos financeiros subtraídos das contas bancárias dos diversos órgãos e entidades do Governo do Estado do Rio de Janeiro em decorrência dos arrestos e sequestros judiciais movidos contra o Estado.

2.6.2 Demais Créditos e Valores em Longo Prazo

Compreende os valores a receber por demais transações, com vencimento no longo prazo, conforme demonstrados na tabela a seguir:

TABELA 006.2 - DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LONGO PRAZO	10.140.567	100,00%	9.461.271	100,00%	7,18%
Demais Créditos e Valores a LP - Consolidação	7.761.846	76,54%	7.283.377	76,98%	6,57%
Adiantamentos Concedidos a Pessoal e a Terceiros	451	0,01%	451	0,01%	0,00%
Créditos a Receber p/ Desc. Prest. De Serv. Públicos	5.641.124	72,68%	5.200.819	71,41%	8,47%
Créditos por Danos ao Patrimônio Prov. de Créditos Administrativos	25	0,00%	25	0,00%	0,00%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	130.011	1,68%	138.108	1,90%	-5,86%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	1.953.335	25,17%	1.943.973	26,69%	0,48%
Demais Transferências a Pagar	36.900	0,48%	0	0,00%	100,00%
Demais Créditos e Valores a LP - INTRA OFSS	2.378.354	23,45%	2.177.386	23,01%	9,23%
Demais Créditos e Valores a LP - INTER OFSS	367	0,00%	508	0,01%	-27,78%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Em 2022, os **Demais Créditos e Valores a Longo Prazo** apresentaram um acréscimo de 7,18% em relação ao exercício anterior, perfazendo um montante de R\$ 10.140.567 mil. Esse aumento ocorreu principalmente devido a variação ocorrida em *Créditos a Receber por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos*.

A) CRÉDITOS A RECEBER P/ DESCENTRALIZAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Este montante comporta os Direitos sobre Concessões, no valor de R\$ 570.921 mil, os Direitos Sobre Outorgas Líquidas no valor de R\$ 5.159.605 Mil e a conta Juros Ativos a Vencer S/Outorgas, que possui o saldo redutor da conta Direitos Sobre Outorgas Líquidas em R\$ 89.402 Mil.

Direitos sobre Concessões

O Poder Público pode realizar, de forma centralizada, seus próprios serviços, por meio de órgãos da Administração Direta, ou prestá-lo, de forma descentralizada, por meio das autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e consórcios públicos de direito público, sendo todas essas, pessoas jurídicas integrantes da Administração Indireta.

Mais ainda, pode prestar serviços públicos através de entidades paraestatais, consideradas entes de colaboração, que se situam ao lado do Estado, sem a ele pertencer; e finalmente, por empresas privadas e particulares individualmente consideradas, como as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviços públicos.

O Estado do Rio de Janeiro, por ato administrativo, facultou ao setor empresarial privado por determinado tempo, finalidade e condição expressa mediante autorização ou concessão, as outorgas dos serviços públicos de transporte ferroviário, metroviário, aquaviário e exploração de rodovias, fiscalizados pelas agências reguladoras.

TABELA 009.00 - DIREITOS SOBRE CONCESSÕES

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2021	INGRESSOS	ATUALIZAÇÕES	RECEBIMENTOS	BAIXAS	2022
DIREITOS SOBRE CONCESSÕES	570.921	-	-	-	-	570.921
Concessionária Rota 116 S/A	185.792	-	-	-	-	185.792
Metrô - OPPORTANS ²	349.176	-	-	-	-	349.176
Metrô - Trecho Arco Verde/S. Campos	17.636	-	-	-	-	17.636
Ceg Rio S/A ¹	11.194	-	-	-	-	11.194
Cia. Distrib. de Gas do RJ - CEG ³	7.124	-	-	-	-	7.124

¹- Atende aos municípios de Saquarema, Angra dos Reis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeira de Macacu

²- Atende aos municípios de Mangaratiba e Maricá

³- Contrato original de serviço de transporte metroviário concedido a Opportans

Fontes: SIAFE-Rio

Os valores a receber provenientes das **Concessões de Serviços Públicos** não sofreram alterações em 2022.

Os **Direitos sobre Concessões** se referem a Fundação Departamento de Estrada de Rodagem do Estado do RJ - DER-RJ, no montante de R\$ 185.792 mil referentes à Concessionária Rota 116, à Secretaria de Estado de Transportes – SETRANS, no montante de R\$ 366.812 mil referente aos serviços de transportes metroviário e à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais no montante de R\$ 18.318 mil.

A SETRANS detém o montante de R\$ 366.812 mil, que se desmembra em dois itens pertinentes a concessão (sob supervisão da RIOTRILHOS) à empresa Opportans Concessão Metroviária S.A para exploração do serviço público de transporte metroviário de passageiros. O primeiro, com saldo de R\$ 349.176 mil e o segundo, para execução do trecho denominado “Arco Verde/Siqueira Campos”, no valor de R\$ 17.636 mil.

Já a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Relações Internacionais detém o montante de R\$ 18.318 mil, sendo desmembrados entre a CEG RIO S/A no montante de R\$ 11.194 mil e a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG no montante de R\$ 7.124 mil.

Direitos sobre Outorgas

Quanto ao valor de R\$ 5.070.203 mil corresponde ao valor a receber pelas seguintes outorgas:

- Águas do Rio 1 SPE S.A. R\$ 1.640.000 mil
- IGUA Rio de Janeiro S.A. R\$ 1.457.200 mil
- Águas do Rio 4 SPE S.A. R\$ 1.440.600 mil
- RIO+ SANEAMENTO BL3 S.A R\$ 440.305 mil
- MARACANA ENTRETENIMENTO S/A R\$ 181.500 mil___ R\$ 5.159.605 mil

O total dos *Direitos Sobre Outorgas* sofreu a redução de R\$ 89.402 mil referente ao saldo da conta (-) Juros Ativos a Vencer S/Outorgas.

B) DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

Compreende os valores de depósitos e cauções efetuados e recebidos pela entidade para garantia de contratos, bem como para direito de uso, exploração temporária de bens ou de natureza judicial, depósitos compulsórios e demais recursos vinculados, realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Deste grupo, as unidades gestoras com saldos mais significativos são a Companhia de Transportes sobre Trilhos do Estado do ERJ – RIOTRILHOS no montante de R\$ 83.123 mil, a Companhia Estadual de Habitação – CEHAB. no montante de R\$ 12.473 mil e a Centrais de Abastecimento do Estado do RJ, no montante de R\$ 11.844 mil.

C) OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO

Compreendem os outros créditos e valores realizáveis após os doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis, provenientes de direitos obtidos junto a diversos devedores, tais como os demonstrados na tabela a seguir:

TABELA 006.2.1 - OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A LONGO PRAZO	1.953.335	100,00%	1.943.973	100,00%	0,48%
Valores a Receber de Outras Empresas	5.652	0,29%	5.652	0,29%	0,00%
Devedores p/ Financiamentos - FCVS	394.483	20,20%	401.135	20,63%	-1,66%
Fluxo do FUNDES - Decreto nº 40.155/2006	603.840	30,91%	603.840	31,06%	0,00%
Contratos Validados RCV	25.939	1,33%	18.162	0,93%	42,82%
Cheques Devolvidos em Cobrança	6	0,00%	6	0,00%	0,00%
Multas a Receber	3.308	0,17%	3.308	0,17%	0,00%
Dação em Pagamento por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos	872.297	44,66%	872.297	44,87%	0,00%
Créditos a Receber do RJPREV - Aporte Lei nº 6.243/2012	25.096	1,28%	25.096	1,29%	0,00%
Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo	14.477	0,74%	14.477	0,74%	0,00%
Cotas Financeiras a Receber	8.236	0,42%	0	0,00%	100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O valor de R\$ 872.297 mil em Dação em Pagamento por Descentralização da Prestação de Serviços Públicos compreende a 44,66% do valor registrado na rubrica **Outros Créditos a Receber e Valores a Longo Prazo** e se refere ao registro de outorga principal e suplementar a receber previsto no parágrafo 3º, da cláusula nona do sexto termo aditivo ao contrato firmado entre o Estado do RJ e a Opportrans Concessão Metroviária S.A para o período de janeiro/2018 a janeiro/2038.

Nesta rubrica está contida também a conta **Fluxo do FUNDES – Decreto 40.155/2006** que representa o fluxo do Fundo de Desenvolvimento Econômico Social – FUNDES, instituído pelo Decreto-Lei nº 8/75, ingressados no Tesouro Estadual a partir de janeiro de 2007, e incorporados ao RIOPREVIDÊNCIA por meio do Decreto Estadual n.º 40.155/2006. Em 2022 o valor deste ativo no longo prazo foi de R\$ 603.840 mil.

Os Devedores p/Financiamentos – FCVS no montante de R\$ 394.483 mil corresponde a contratos de financiamentos concedidos aos mutuários da Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, com cláusulas de cobertura do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS.

D) DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A LP – INTRA OFSS

Os valores da conta Demais Créditos e Valores a LP – INTRA OFSS estão em sua maioria registrados no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e se referem aos créditos pela assunção de dívidas.

2.7 Investimentos

Os Investimentos compreendem as participações permanentes em outras sociedades, bem como os bens e direitos não classificáveis no Ativo Circulante, nem no Ativo Realizável a Longo Prazo e que não se destinem à manutenção da atividade da entidade.

TABELA 007 - INVESTIMENTOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
INVESTIMENTOS	13.775.923	100,00%	11.989.675	100,00%	14,90%
Participações Permanentes	19.311.103	140,18%	8.852.167	73,83%	118,15%
Propriedades para Investimentos	562.310	4,08%	562.310	4,690%	0,00%
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	294.474	2,14%	316.540	2,64%	-6,97%
Demais Investimentos Permanentes	2.835.835	20,59%	2.856.481	23,82%	-0,72%
(-) Depreciação Acumulada de Investimentos	(20.813)	-0,15%	(20.813)	-0,17%	0,00%
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos	(9.206.987)	-66,83%	(577.011)	-4,81%	1495,63%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Em 2022, os **Investimentos** do Poder Executivo apresentaram um aumento de 14,90% em relação ao exercício de 2021, ocasionado principalmente pelo substancial aumento observado em participações permanentes.

A) PARTICIPAÇÕES PERMANENTES

Esta rubrica engloba a participação societária do Estado em Sociedades de Economia Mista, avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2022.

Apurou-se um considerável aumento em relação ao exercício de 2021 devido ao valor de ajuste da participação societária no Capital Social das Sociedades de Economia Mista integrantes do OFSS, apurado em equivalência patrimonial.

B) PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

Propriedades para Investimentos apresentou saldo de R\$ 562.310 mil, representando 4,08% do total dos Investimentos. Todo o saldo é composto pela rubrica Edifícios, destacando-se os valores de R\$ 539.383 mil referentes à Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL.

C) INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO

Os Investimentos do RPPS de Longo Prazo compreendem os investimentos efetuados pelo RPPS em títulos e valores mobiliários e aplicações em segmentos de imóveis.

Esta rubrica sofreu um decréscimo de 6,97% e seus valores estão integralmente registrados no Fundo Único de Previdência do Estado do RJ.

D) DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES

Os Demais Investimentos Permanentes somam R\$ 2.835.835 mil e representaram 20,59% do total dos **Investimentos** do Estado.

TABELA 007.1 - DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES	2.835.835	100,00%	2.856.481	100,00%	-0,72%
Títulos e Valores Mobiliários Permanentes	59	0,00%	59	0,00%	0,00%
Bens Móveis Não Destinados a Uso	1.421.655	50,13%	1.421.655	49,77%	0,00%
Projetos em Andamento	553.325	19,51%	559.341	19,58%	-1,08%
Atividades em Andamento	336.765	11,88%	339.270	11,88%	-0,74%
Investimentos - Aplicações Diretas	50.967	1,80%	50.967	1,78%	0,00%
Investimentos - Material de Consumo	61.190	2,16%	73.314	2,57%	-16,54%
Outros Investimentos	411.876	14,52%	411.876	14,42%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O valor mais significativo corresponde a Bens Móveis não Destinados a Uso registrado na *Secretaria de Estado de Transportes - SETRANS* no montante de R\$ 956.952 mil e na *Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL* no montante de R\$ 464.703 mil.

Dos *Projetos em Andamento*, os saldos mais significativos são de R\$ 165.487 mil referentes à Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro – FAETEC, R\$ 97.598 mil referentes ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA e R\$ 77.218 mil referentes à SEA – Prog. Saneamento Ambiental Baía Guanabara.

Das *Atividades em Andamento*, os saldos mais significativos referem-se à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão no montante de R\$ 220.195 mil e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras no montante de R\$ 58.915 mil.

Ademais, dentre os *Outros Investimentos*, os montantes mais relevantes referem-se à Companhia Estadual de Engenharia de Transporte e Logística – CENTRAL no valor de R\$ 398.755 mil e à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras no valor de R\$ 10.182 mil.

E) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS

Esta rubrica está integralmente composta pelas perdas estimadas nos investimentos das Sociedades de Economia Mista avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, ocasionadas pelo prejuízo contábil apurado e que resultaram em patrimônio líquido negativo nessas Sociedades.

A *Provisão p/ Perda em Investimentos* registra o mesmo valor do investimento em conta retificadora e o saldo negativo do Patrimônio Líquido das controladas fica evidenciado em grupo de conta do Passivo Não Circulante - Perdas ou Deságio em Investimentos, conforme preceitua a instrução nº 247 de 27/03/1996, parágrafo 2º do art. 12 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

2.8 Imobilizado

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

O Imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis, bem como pela dedução da depreciação acumulada, conforme quadro a seguir:

TABELA 008 – IMOBILIZADO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
IMOBILIZADO	31.606.887	100,00%	28.803.035	100,00%	9,73%
Bens Móveis	7.084.505	22,41%	6.636.313	23,04%	6,75%
Bens Móveis	8.454.225	119,33%	7.878.488	118,72%	7,31%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Móveis	(1.369.719)	-19,33%	(1.242.175)	-18,72%	10,27%
Bens Imóveis	24.522.381	77,59%	22.166.722	76,96%	10,63%
Bens Imóveis	26.247.934	107,04%	23.842.625	107,56%	10,09%
(-) Depreciação, Exaustão e Amortização Acumuladas Bens Imóveis	(1.725.553)	-7,04%	(1.675.903)	-7,56%	2,96%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

2.8.1 Bens Móveis

Compreende o valor das aquisições ou incorporações de bens corpóreos, que tenham existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos por força alheia sem alteração da substância ou da destinação econômico-social e que constituam meio para a produção de outros bens ou serviços.

Em 2022, os **Bens Móveis** do Estado totalizaram o valor de R\$ 8.454.225 Mil. No confronto com o exercício anterior verifica-se um acréscimo de 7,31%, não deduzido o valor retificador da depreciação acumulada. Os valores mais relevantes se encontram nas seguintes unidades gestoras:

• SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR - SEPM	R\$ 1.477.038 mil
• SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES	R\$ 1.317.778 mil
• COMPANHIA DE TRANSPORTE SOBRE TRILHOS DO EST DO RJ	R\$ 1.194.297 mil
• SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE	R\$ 722.688 mil
• SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA CIVIL	R\$ 669.346 mil
• SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA CIVIL E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	R\$ 598.191 mil

2.8.2. Bens Imóveis

Compreende o valor dos bens imóveis, os quais são bens vinculados ao solo e que não podem ser retirados sem destruição ou dano, destinados ao uso e que a entidade não esteja explorando comercialmente.

Atualmente, a depreciação dos bens imóveis do Estado é realizada pelas empresas públicas, sociedades de economia mista e pela Fundação Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

TABELA 008.2 - BENS IMÓVEIS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
BENS IMÓVEIS	26.247.934	100,00%	23.842.625	100,00%	10,09%
Bens de Uso Especial	5.021.988	19,13%	4.806.261	20,16%	4,49%
Imóveis Dominiais/Dominicais	995.941	3,79%	988.263	4,14%	0,78%
Bens de Uso Comum do Povo	1.790.803	6,82%	1.548.181	6,49%	15,67%
Bens Imóveis em Andamento	16.474.534	62,77%	14.385.653	60,34%	14,52%
Instalações	389.382	1,48%	389.001	1,63%	0,10%
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	23.690	0,09%	23.690	0,10%	0,00%
Demais Bens Imóveis	1.551.596	5,91%	1.701.578	7,14%	-8,81%

Fontes: SIAFE-Rio

AH - Análise e Horizontal (2022/2021)

Os bens imóveis contribuíram com 77,59 % para a formação do Ativo Imobilizado. No exercício de 2021 foi apurado o montante de R\$ 23.842.625 mil, enquanto no exercício atual foi apurado o montante de R\$ 26.247.934 mil, configurando um aumento de 10,09 % em relação ao exercício de anterior. Este aumento ocorreu principalmente devido à rubrica Bens imóveis em andamento.

BENS DE USO ESPECIAL

Compreendem os bens de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração estadual, inclusive os de suas autarquias e fundações públicas.

TABELA 008.1.1 - BENS DE USO ESPECIAL

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
BENS DE USO ESPECIAL	5.021.988	100,00%	4.806.261	100,00%	4,49%
Salas Comerciais	1.909	0,04%	2.247	0,05%	-15,04%
Edifícios	4.679.261	93,18%	4.681.189	97,40%	-0,04%
Imóveis de Uso Educacional	119.997	2,39%	55.349	1,15%	116,80%
Hospitais	8.642	0,17%	0	0,00%	100,00%
Terrenos/Glebas/Lotes	78.493	1,56%	29.970	0,62%	161,90%
Bens em Poder de Terceiros	3.599	0,07%	3.599	0,07%	0,00%
Outros Bens Imóveis de Uso Especial	130.087	2,59%	33.907	0,71%	283,66%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

A rubrica **Bens de Uso Especial** apurou um aumento de 4,49 % em relação ao exercício anterior e o saldo mais relevante, o montante de R\$ 4.679.261 Mil, pertence à conta Edifícios, que cabe registrar os valores relativos aos imóveis do estado nas seguintes categorias: edifícios, prédios; conventos.

As unidades gestoras que apuraram maior saldo no exercício da referida conta foram Comp. de Transp. Sobre Trilhos de Est do RJ R\$ 2.003.460 Mil, Antiga - Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - Em Extinção R\$ 967.340 Mil e Secretaria de Estado da Casa Civil R\$ 345.750 Mil, que juntos, representam 70,87% do saldo total do Item **Bens de Uso Especial**.

BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO

Os **Bens Imóveis em Andamento** estão registrados integralmente em obras em andamento, cujos valores se referem às obras, desde sua construção até o término delas.

Os valores mais significativos estão registrados na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS (R\$ 9.618.543 mil), Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do RJ - DER-RJ (R\$ 2.610.755 mil), Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras (R\$ 1.367.908 mil), e Instituto Estadual do Ambiente (R\$ 1.212.738 mil).

DEMAIS BENS IMÓVEIS

Os **Demais Bens Imóveis** estão classificados como demonstrado na tabela a seguir:

TABELA 008.1.2 - DEMAIS BENS IMÓVEIS

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEMAIS BENS IMÓVEIS	1.551.596	100,00%	1.701.578	100,00%	-8,81%
Edifícios a Cadastrar	1.900	0,12%	1.900	0,11%	0,00%
Terrenos a Cadastrar	388	0,02%	388	0,02%	0,00%
Obras em Andamento a Cadastrar	357.734	23,06%	507.716	29,84%	-29,54%
CM de Bens Imóveis - Lei nº 8.200/91	1.191.575	76,80%	1.191.575	70,03%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Este grupo sofreu um decréscimo de 8,81% em relação ao exercício anterior. Os valores das Obras em andamento a cadastrar e a Correção monetária de bens imóveis – Lei nº 8.200/91 somados totalizam R\$ 1.549.309 mil, o equivalente a 99,85% dos Demais Bens Imóveis.

A correção monetária de bens imóveis tem seu valor integralmente registrado na **Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS**.

2.9 Intangível

Os **Bens Intangíveis** compreendem os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Esta rubrica é composta por softwares, marcas, direitos e patentes industriais, deduzidas as amortizações acumuladas.

TABELA 009 - INTANGÍVEL

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
INTANGÍVEL	191.758	100,00%	179.410	100,00%	6,88%
Softwares	202.507	105,61%	189.045	105,37%	7,12%
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	13.820	7,21%	13.820	7,70%	0,00%
(-) Amortização Acumulada	(24.569)	-12,81%	(23.455)	-13,07%	4,75%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O **Intangível** totalizou R\$ 191.758 mil em 2022, apresentando um acréscimo de 6,88% em relação ao exercício anterior.

A conta de **Softwares** compreende os valores de aquisição de licença de programas de computadores (softwares), para serem utilizados nas atividades da entidade, englobando os valores referentes à sua construção, implementação e instalação.

Os valores mais relevantes se encontram nas seguintes unidades gestoras:

• Secretaria de Estado de Fazenda	R\$ 66.665 mil
• Fundo Único de Previdência Social do Estado do RJ - Rioprevidência,	R\$ 45.947 mil
• Instituto Estadual Do Ambiente	R\$ 14.049 mil
• Secretaria de Estado de Educação	R\$ 12.123 mil
• Procuradoria Geral do Estado	R\$ 10.967 mil
• Secretaria de Estado de Polícia Civil	R\$ 7.745 mil
• Instituto Vital Brazil Sa	R\$ 7.258 mil

2.10 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios ao qual o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

TABELA 010 - OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PAGAR CP

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. e ASSIST. A PAGAR A CP	1.812.149	100,00%	2.210.997	100,00%	-18,04%
Pessoal a pagar	1.448.265	79,92%	1.751.356	79,21%	-17,31%
Benefícios Previdenciários a Pagar	32.036	1,77%	23.339	1,06%	37,26%
Encargos sociais a pagar	331.848	18,31%	436.302	19,73%	-23,94%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O subgrupo **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo** apurou um decréscimo de 18,04%, variando de R\$ 2.210.997 mil em 2021 para R\$ 1.812.149 mil em 2022, ocasionado principalmente em função do título **Pessoal a pagar**.

A) PESSOAL A PAGAR

O Título **Pessoal a pagar** contribuiu para a formação destas obrigações com 79,92% e está segregado conforme quadro abaixo:

TABELA 010.1 - PESSOAL A PAGAR
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
PESSOAL A PAGAR	1.448.265	100,00%	1.751.356	100,00%	-17,31%
Pessoal a Pagar - Consolidação	1.392.719	96,16%	1.697.886	96,95%	-17,97%
Pessoal a Pagar - INTRA OFSS	52.702	3,64%	50.623	2,89%	4,11%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - União	1.277	0,09%	1.635	0,09%	-21,93%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Estados	218	0,02%	245	0,01%	-11,04%
Pessoal a Pagar - INTER OFSS - Municípios	1.349	0,09%	967	0,06%	39,58%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

A rubrica Pessoal a Pagar – Consolidação compõe 96,16% do total do pessoal a pagar. Os valores mais expressivos observados neste subtítulo estão registrados nas seguintes unidades gestoras: Comp. de Transp. Sobre Trilhos de Est do RJ - R\$ 574.411 mil, Fundo Especial de Administração Fazendária - R\$ 295.615 Mil, Fundo Único de Previdência do ERJ – Executivo - R\$ 98.479 Mil.

As demais rubricas – INTRA OFSS, INTER OFSS União, Estados e Municípios, são compostas por valores referentes a Pessoal a Pagar - Saldos Migrados do Siafem e Servidores cedidos.

B) BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR

TABELA 010.2 - BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	32.036	100,00%	23.339	100,00%	37,26%
Benefícios Previdenciários	32.036	100,00%	23.339	100,00%	37,26%
Benefícios Previdenciários	31.419	98,07%	22.740	97,43%	38,17%
Décimo Terceiro Salário	617	1,93%	599	2,57%	2,95%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Os **Benefícios Previdenciários a Pagar**, devido a sua natureza, estão concentrados na maior parte nos órgãos vinculados aos Fundos previdenciários, no montante de R\$ 32.036 mil.

Esta rubrica contribui com 1,77% das **obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo** no exercício de 2022.

C) ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR

Já o Título **Encargos Sociais a Pagar** contribuiu com 18,31% do total do Subgrupo Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar CP, apresentando em 2022 um decréscimo de 23,94% em relação ao exercício anterior, segregado conforme quadro abaixo:

TABELA 010.3 - ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	331.848	100,00%	436.302	100,00%	-23,94%
Encargos Sociais a Pagar - Consolidação	4.016	1,21%	2.592	0,59%	54,94%
Encargos Sociais a Pagar - INTRA OFSS	279.137	84,12%	372.048	85,27%	-24,97%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - União	48.679	14,67%	61.649	14,13%	-21,04%
Encargos Sociais a Pagar - INTER OFSS - Municípios	16	0,00%	14	0,00%	14,61%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

2.11 Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimento no curto prazo.

TABELA 011 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	5.239.841	100,00%	35.197.606	100,00%	-85,11%
Empréstimos a Curto Prazo - Interno	4.377.962	83,55%	30.704.965	87,24%	-85,74%
Empréstimos a Curto Prazo - Externo	861.149	16,43%	945.069	2,69%	-8,88%
Financiamentos a curto prazo - Interno	5	0,00%	5	0,00%	0,00%
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Interno	7.024.159	134,05%	13.962.770	39,67%	-49,69%
Juros e Encargos a pagar de Emp. e Financ. CP - Externo	427.553	8,16%	244.682	0,70%	74,74%
Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(7.023.434)	-134,04%	(10.415.203)	-29,59%	-32,57%
Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(427.553)	-8,16%	(244.682)	-0,70%	74,74%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O saldo do Subgrupo **Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo** apresentou um decréscimo de 85,11% em comparação ao exercício anterior ocasionado principalmente pela reclassificação do curto para o longo prazo dos saldos constantes do título "**Empréstimos a Curto Prazo – Interno**" o qual será tratado adiante.

O título **Empréstimos a Curto Prazo – Interno** apresentou uma redução de R\$ 26.327.003 mil, perfazendo um decréscimo de 85,74% em relação ao exercício anterior. Grande parte deste fato ocorreu devido à conta “Contratos de Empréstimos Internos - Regime de Recuperação Fiscal”.

Também contribuiu para diminuição do saldo, a transferência do passivo circulante para o passivo não circulante na conta **Contratos de Empréstimos Internos**, apresentando o saldo de R\$ 12.775.636 mil no exercício de 2021 e R\$ 3.312.378 mil no exercício de 2022, apresentando uma diminuição de 74,07% em relação ao exercício anterior.

Ademais, cabe ressaltar que o registro referente a conta Empréstimos a Curto Prazo – Interno é apresentado integralmente na unidade gestora Encargos Gerais do Estado/SEFAZ.

De acordo com o MCASP, uma vez que já se sabe o valor dos juros e encargos financeiros a apropriar no decorrer da operação, é prudente que sejam registrados. No entanto, esse procedimento apenas estará de acordo com o Princípio da Competência se, concomitantemente, for escriturada uma conta retificadora pelo valor dos encargos financeiros a serem apropriados, visto que tais encargos ainda não são devidos e, portanto, seu valor deve ser abatido do valor total da dívida registrada. No decorrer da operação, os encargos devem ser apropriados em razão do prazo de vencimento das parcelas da operação. Vale ressaltar que tal procedimento só é possível se os juros em questão forem pré-fixados.

Em consonância com tal procedimento, existe a NOTA TÉCNICA SUNOT/CGE nº 026/2016 – Dívida Fundada, publicada pela SUBCONT/SEFAZ-RJ, que trata do controle da Dívida Pública Fundada ou Consolidada Estadual Interna e Externa. Com base nesta rotina são apropriados os Juros e Encargos Financeiros contratuais ainda não devidos, mas que serão executados até o término do exercício seguinte abatendo o mesmo montante em conta retificadora.

Os comentários sobre este item também estão desenvolvidos no item 10 - Dívida Consolidada do Volume 1 desta Prestação de Contas.

2.12 Fornecedores e Contas a Pagar de Curto Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda,

aluguéis e todas as outras contas a pagar, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no curto prazo.

TABELA 012 - FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	6.737.241	100,00%	10.536.230	100,00%	-36,06%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - Consolidação	2.262.833	33,59%	3.141.702	29,82%	-27,97%
Fornecedores e Credores	2.057.271	90,92%	2.773.511	88,28%	-25,82%
Precatórios e Sentenças Judiciais - Fornecedores Nacionais	17.686	0,78%	46.514	1,48%	-61,98%
Fornecedores e Credores - Saldos Migrados do SIAFEM	187.876	8,30%	321.678	10,24%	-41,59%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTRA OFSS	96.799	1,44%	94.587	0,90%	2,34%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - União	2.248	0,03%	2.281	0,02%	-1,43%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - Estados	0	0,00%	76	0,00%	-100,00%
Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP - INTER OFSS - Municípios	4.375.360	64,94%	7.297.585	69,26%	-40,04%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O grupo **Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo** obteve uma variação negativa de 36,06% quando comparado ao exercício anterior.

Na rubrica **Fornecedores e Credores**, em Consolidação, as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos foram:

- Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do RJ – FAETEC R\$ 650.452 mil
- Secretaria de Estado de Educação R\$ 461.853 mil
- Fundo Estadual de Saúde – FES R\$ 275.256 mil
- Subsecretaria de Finanças – Pgto. Concessionárias R\$ 138.020 mil
- Secretaria de Estado de Administração Penitenciária R\$ 72.375 mil

Na rubrica **Fornecedores e Credores – Saldos Migrados do SIAFEM**, também em Consolidação, os valores mais expressivos estão registrados em:

- Secretaria de Estado de Adm. Penitenciária R\$ 27.617 mil
- Comp. Est. de Engenharia de Transportes e Logística R\$ 24.331 mil
- Secretaria de Estado de Polícia Militar – SEPM R\$ 22.968 mil
- Instituto de Assistência dos Serv. do Estado do RJ R\$ 20.094 mil
- Subsecret. de Financas - pgto concessionarias R\$ 17.603 mil

A conta **Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a Curto Prazo - INTRA OFSS** está registrado em sua maioria nas unidades gestoras do **Fundo Estadual de Saúde** no valor de R\$ 54.053 mil e **Secretaria de Estado de Cidades** no montante de R\$ 18.665 mil.

Já o saldo da conta de **Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP – INTER OFSS – União** tem os saldos mais representativos nas unidades gestoras Centro de Tecnologia de Inf. e Com. do Estado do RJ - PRODERJ no montante de R\$ 1.238 mil, Fundação Apoio à Escola Técnica do Estado do RJ – FAETEC no montante de R\$ 298 mil e Fundo Estadual De Saúde – FES no montante de R\$ 283 mil.

Os valores mais relevantes registrados na conta de **Fornecedores e Contas a Pagar Nacionais a CP – INTER OFSS – Municípios** refere-se em sua maioria ao Fundo Estadual de Saúde – FES, no montante de R\$ 2.271.502 mil, e Tesouro do Estado no montante de R\$ 2.091.284 mil em grande parte pelo registro dos valores destinados aos municípios referente a concessão da prestação regional dos serviços públicos de fornecimento de água e esgotamento sanitário.

2.13 Obrigações Fiscais a Curto Prazo

Compreende as obrigações das entidades com o governo relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

Na rubrica **Obrigações Fiscais Curto Prazo com a União**, a unidade gestora com valor mais expressivo foi Encargos Gerais do Estado no montante de R\$ 264.797 mil.

TABELA 013 - OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	343.942	100,00%	561.960	100,00%	-38,80%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com a União	298.067	86,66%	393.948	70,10%	-24,34%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Estados	43.112	12,53%	43.771	7,79%	-1,51%
Obrigações Fiscais a Curto Prazo com os Municípios	2.763	0,80%	124.241	22,11%	-97,78%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

2.14 Obrigações de Repartições a Outros Entes

Compreende os valores arrecadados de impostos e outras receitas a serem repartidas com os municípios fluminenses.

TABELA 014 - OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	95.451	93,17%	4.061	100,00%	2250,51%
Obrigações de Repartição a Outros Entes - INTER OFSS - Municípios	88.928	93,17%	4.061	100,00%	2089,88%
Demais Transferências a Pagar	6.523	7,34%	-	0,00%	100,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O aumento substancial observado em relação a 2021 no Subgrupo **Obrigações Fiscais a Curto Prazo** ocorreu essencialmente pela variação positiva do Título Obrigações de Repartição a Outros Entes - INTER OFSS – Municípios, ocasionada principalmente pela obrigação de repartição da cota de ICMS aos municípios Fluminenses.

A conta **Repartição da Cota de ICMS** apresentou o saldo de R\$ 62.259 Mil, representando 73,38% do saldo das Obrigações de Repartição a Outros Entes - INTER OFSS – Municípios, e esse valor está integralmente registrado na Unidade Gestora Tesouro Estadual do Estado do Rio de Janeiro.

2.15 Provisões a Curto Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valor incertos, com prazo provável em até doze meses.

TABELA 015 - PROVISÕES A CURTO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
PROVISÕES A CURTO PRAZO	292.668	100,00%	288.558	100,00%	1,42%
Provisões para Riscos Trabalhistas Curto Prazo	224.473	76,70%	224.836	77,92%	-0,16%
Provisões para Riscos Fiscais Curto Prazo	653	0,22%	653	0,23%	0,00%
Provisões para Riscos Cíveis a Curto Prazo	42.797	14,62%	40.405	14,00%	5,92%
Outras Provisões a Curto Prazo	24.746	8,46%	22.665	7,85%	9,18%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

94% das **Provisões para Riscos Trabalhistas** estão concentradas na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS no montante de R\$ 211.150 mil.

As Provisões para Riscos Cíveis estão distribuídas na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS (R\$ 28.819 mil) e no Instituto Vital Brazil S.A. (R\$ 13.976 mil).

As Outras Provisões a Curto Prazo correspondem às provisões para contingências e para indenização por desapropriação e estão concentradas nas seguintes Unidades Gestoras:

- Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS R\$ 11.013 mil
- Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do RJ - CODIN R\$ 7.330 mil
- Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro – EMOP R\$ 3.366 mil
- Companhia Estadual de Engenharia de Transportes e Logística – CENTRAL R\$ 2.308 mil

2.16. Demais Obrigações a Curto Prazo

Compreende as obrigações da entidade junto a terceiros, não inclusas nos subgrupos anteriores, com vencimento em até doze meses, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações.

TABELA 016 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	12.166.181	100,00%	10.776.598	100,00%	12,89%
Adiantamentos de Clientes	14.088	0,12%	11.711	0,11%	20,30%
Dividendos a Pagar	2.078	0,02%	1.747	0,02%	18,93%
Valores Restituíveis	3.663.680	30,11%	3.100.891	28,77%	18,15%
Outras Obrigações a Curto Prazo	8.486.335	69,75%	7.662.249	71,10%	10,76%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Esta rubrica percebeu um aumento de 12,89% em relação ao exercício de 2021. Registrando o saldo de R\$ 12.166.181 Mil, enquanto foi registrado R\$ 10.776.598 em 2021, principalmente devido à conta **Outras Obrigações a Curto Prazo**.

VALORES RESTITUÍVEIS

Compreende os valores de terceiros ou retenções em nome deles, quando a entidade do setor público for fiel depositária, exigíveis no curto prazo.

TABELA 016.1 - VALORES RESTITUÍVEIS

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
VALORES RESTITUÍVEIS	3.663.680	100,00%	3.100.891	100,00%	18,15%
Valores Restituíveis - Consolidação	3.478.935	94,96%	2.945.769	95,00%	18,10%
Consignações	1.725.186	49,59%	1.360.447	46,18%	26,81%
Depósitos Judiciais	763.195	21,94%	763.122	25,91%	0,01%
Depósitos Não Judiciais	880.045	25,30%	744.899	25,29%	18,14%
Outros Valores Restituíveis	110.510	3,18%	77.302	2,62%	42,96%
Valores Restituíveis - INTRA OFSS	184.745	5,04%	155.122	5,00%	19,10%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

As **Consignações** apresentam os valores retidos em folha de pagamento de empregados ou servidores e em serviços contratados de fornecedores tais como Imposto Sobre a Renda Retido na Fonte – IRRF, Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e ainda de retenções de empréstimos, financiamentos, vencimentos, vantagens e outros consignatários.

Os **Depósitos Judiciais** estão registrados em sua maioria no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro, no montante de R\$ 763.195 mil.

Já os **Depósitos Não Judiciais** estão distribuídos em sua maioria nas seguintes unidades gestoras:

- Tesouro do Estado do Rio de Janeiro R\$ 701.660 mil
- Departamento de Trânsito do Estado do RJ – DETRAN R\$ 75.396 mil
- Fundo Único de Previdência do Estado do RJ - Rioprevidência R\$ 29.955 mil
- Fundação Santa Cabrini R\$ 22.880 mil

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Em **Outras Obrigações a Curto Prazo** estão registrados valores devidos por indenizações e restituições, obrigações por convênios recebidos, diárias, créditos e bens de terceiros, recursos a liberar por vinculações de pagamentos, cessão de direitos, etc.

TABELA 016.2 - OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	8.486.336	100,00%	7.662.249	100,00%	10,76%
Outras Obrigações a Curto Prazo - Consolidação	3.297.972	38,86%	3.514.398	45,87%	-6,16%
Indenizações e Restituições	889.968	26,99%	1.023.831	29,13%	-13,07%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	932.854	28,29%	922.355	26,25%	1,14%
Diárias a Pagar	690	0,02%	462	0,01%	49,53%
Créditos de Terceiros	23	0,00%	11	0,00%	113,83%
Bens de Terceiros	7.328	0,22%	7.328	0,21%	0,00%
Obrigações de Fundos de Investimentos	0	0,00%	0	0,00%	900,00%
Outras Obrigações a Pagar	1.467.108	44,49%	1.560.412	44,40%	-5,98%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTRA OFSS	2.704.901	31,87%	1.902.601	24,83%	42,17%
Obrigações Intragovernamentais - Intra OFSS	1.545.985	57,15%	911.495	47,91%	69,61%
Obrigações p/ Convênios Recebidos - Intra OFSS	2.421	0,09%	2.735	0,14%	-11,49%
Indenizações e Restituições - Intra OFSS	134.235	4,96%	31.296	1,64%	328,92%
Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento - Intra OFSS	1.022.261	37,79%	957.075	50,30%	6,81%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - União	1.893.127	22,31%	1.800.837	23,50%	5,12%
Cessão de Direitos	464.985	24,56%	464.985	25,82%	0,00%
Obrigações p/ Convênios Recebidos	1.427.823	75,42%	1.334.861	74,12%	6,96%
Indenizações e Restituições - Inter OFSS	318	0,02%	991	0,06%	-67,90%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Estados	164.150	1,93%	110.046	1,44%	49,17%
Outras Obrigações a Curto Prazo - INTER OFSS - Municípios	426.186	5,02%	334.366	4,36%	27,46%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – CONSOLIDAÇÃO

A rubrica **Indenizações e Restituições** representa 26,99% de **Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação** e em 2022 seu saldo sofreu um decréscimo de 13,07% decorrente, principalmente, do Pagamento de RP Processados pela unidade gestora EGE-SEFAZ para recomposição extraordinária da conta B1 - 15º T.A., Promoção nº 13/2022 - SEFAZ/ASSJUR/VHPS, conforme processo SEI-040047/000388/2022 - Documentos 44544096 e 44679074.

A conta *Obrigações p/ Convênios Recebidos* integra 28,29% do total das **Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação**. Seus valores mais significativos estão registrados nas seguintes UGs:

• Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro	R\$ 393.684 mil
• Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro	R\$ 145.000 mil
• Secretaria de Estado da Casa Civil	R\$ 93.661 mil
• Subsecretaria de Comunicação Social	R\$ 78.475 mil
• Secretaria de Estado de Segurança – em extinção	R\$ 73.551 mil
• Secretaria de Estado de Ass. Social e Direitos Humanos	R\$ 47.661 mil

As **Outras Obrigações a Pagar** corresponderam a 44,49% das **Outras Obrigações a Curto Prazo – Consolidação**. Em 2022 as principais obrigações encontram-se registradas em Credores de contratos em renegociação (R\$ 932.379 mil), Seguros a pagar de financiamentos (R\$ 227.375 mil), Depósitos de diversas origens – sem disponibilidade financeira (R\$ 149.081 mil) e Auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores (R\$ 63.555 mil).

O saldo dos **Seguros a pagar de financiamentos** está integralmente registrado na Companhia Estadual de Habitação do RJ.

O montante dos **Credores de Contratos Renegociação** está integralmente registrado na Companhia de Transporte sobre Trilhos – RIOTRILHOS. O saldo dos **Auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores** está registrado em Unidades Gestoras vinculadas a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação SECTI sendo a principal a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa no montante de R\$ 176.126 mil.

Já o saldo dos **Depósitos de diversas origens – sem disponibilidade financeira** tem sua maior parcela na Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do RJ no montante de R\$ 62.535 mil.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTRA OFSS

entre as **Obrigações Intragovernamentais – Intra OFSS** se destacam os Créditos Tributários Parcelados a Transferir no montante de R\$ 699.460 mil, referente a Operações intragovernamentais registradas na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado, tendo como contrapartida o Rioprevidência. A incorporação do direito à percepção da receita dos Créditos Tributários Parcelados do Estado do Rio de Janeiro ao patrimônio desta Autarquia Previdenciária foi estabelecida pelos Decretos 36.994/2005 e 37.047/2005.

Ainda entre as **Obrigações Intragovernamentais – Intra OFSS** temos as Obrigações c/Tesouro Estadual – Precatório no montante de R\$ 627.933 mil, referentes aos valores de precatórios de órgãos e entidades do Estado pagos pelo Tesouro do Estado.

Por fim, destacamos o valor de R\$ 159.087 mil registrados em **Valores a Pagar EC nº 93/2016 – DRE** por conta da aplicação do art. 2º da citada Emenda Constitucional:

“...São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2023, 30% (trinta por cento) das receitas dos Estados e do Distrito Federal relativas a impostos, taxas e multas, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais, e outras receitas correntes”.

A conta de **Indenizações e Restituições – Intra OFSS** apurou o saldo de R\$ 134.235 Mil apresentando uma composição de saldo substancial em relação ao exercício de 2021, exercício o qual apresentou o montante de R\$ 31.296. Seus valores mais significativos estão registrados nas unidades gestoras Fundo Único de Previdência do Estado do RJ - R\$ 87.576 Mil e Encargo Gerais do Estado - REC.S/SUP. SEFAZ - R\$ 46.442 Mil.

Os **Recursos a Liberar por Vinculação de Pagamento – Intra OFSS** apresentou um acréscimo de 6,81% em relação ao exercício anterior e se referem integralmente ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e estão compostos por: Recursos bloqueados (a liberar) por vinculação de pagamento (R\$ 725.923 mil), por Recursos a liberar por vinculação de pagamento (R\$ 177.114 mil) e por Recursos a liberar por mandado de arresto (R\$ 119.223 mil).

Esses valores têm como contrapartida as Unidades Gestoras com recursos depositados na Conta Única do Tesouro e representam os valores dos recursos a liberar destinado a atender despesas com vinculação de pagamento específica.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS UNIÃO

A rubrica **Cessão de Direitos** está composta integralmente pelo saldo da conta Cessão de direitos – Royalties do petróleo, representando as obrigações do Estado devidas à União, com relação ao contrato de cessão de crédito nas modalidades de royalties e participação especial.

Os principais valores de Obrigações p/ Convênios Recebidos estão registrados na Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras (R\$ 605.073 mil), Instituto de Pesos e Medidas do Rio de Janeiro – IPEM (R\$ 323.990 mil), Instituto Estadual do Ambiente (R\$ 125.194 mil) e Universidade do Estado do RJ – UERJ (R\$ 70.675 mil).

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS ESTADOS

As **Outras Obrigações a Curto Prazo – Inter** se referem às obrigações com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, registrados integralmente no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro no montante de R\$ 159.080 mil e às obrigações por convênios recebidos no montante de R\$ 5.070 mil, registrados em sua maioria na Universidade do Estado do RJ – UERJ.

OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – INTER OFSS MUNICÍPIOS

As **Outras Obrigações a Curto Prazo – Inter OFSS Municípios** se referem integralmente às Obrigações por convênios recebidos e seus principais valores estão registrados na Secretaria de Estado de Polícia Militar – SEPM (R\$ 325.971 mil), Secretaria de Estado de Transportes – SETRANS (R\$ 54.269 mil), Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa (R\$ 16.549 mil) e Secretaria de Estado da Casa Civil (R\$ 16.379 mil).

2.17 Restos a Pagar

Os Restos a Pagar compreendem as despesas orçamentárias, empenhadas e não pagas até 31 de dezembro de cada exercício financeiro, distinguindo-se os processados dos não processados. Os entes devem comprovar que possuem recursos financeiros para honrar estes compromissos, observando que os recursos legalmente vinculados à finalidade específica serão destinados somente para seu objeto de vinculação.

Segundo o MCASP, a Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial, separando o Ativo e o Passivo em dois grandes grupos, financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização orçamentária para realização dos itens que o compõem. Neste contexto, o Passivo Financeiro compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, como os Restos a Pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Para fins de compreensão dessa sistemática, ressalta-se que nos Restos a Pagar estão inseridos os créditos empenhados a liquidar, verificados na conta 631710101- RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR - INSCR. NO EXERCICIO e os créditos empenhados em liquidação, verificados na conta 631720101 – RP NÃO PROCESSADOS EM LIQUIDAÇÃO, contidos na Demonstração da Dívida Flutuante – DDF e no PASSIVO FINANCEIRO.

As despesas liquidadas e não pagas referentes ao Serviço da Dívida e às Sentenças Judiciais constituídas a partir de 2016 também são inscritas em “Restos a Pagar”.

O estoque de restos a pagar do Poder Executivo em 31/12/2022, somou R\$ 6.861.253 mil, mantendo a tendência de redução do estoque em relação ao ano anterior já observado no período 2020/2021.

Segue demonstração do estoque do Poder Executivo de 2022 desmembrado em Processados e Não Processados:

TABELA 17.1 - RESTOS A PAGAR POR PODER E TIPO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO DE 2022

PODER / TIPO DE ADMINISTRAÇÃO	POSIÇÃO ACUMULADA EM 31/12/2022			
	PROCESSADOS	NÃO PROCESSADOS	TOTAL	AV%
PODER EXECUTIVO (IV)	5.974.833	886.420	6.861.253	100,00%
Administração Direta	2.141.431	100.764	2.242.195	32,68%
Autarquias*	155.926	375.255	531.181	7,74%
Fundações	922.555	219.864	1.142.419	16,65%
Empresas Públicas	23.556	33.688	57.244	0,83%
Fundos*	2.691.697	156.424	2.848.121	41,51%
Sociedades de Economia Mista	39.667	426	40.093	0,58%

Fonte: SIAFE-Rio

Nota: AV - Análise Vertical

Quanto ao estoque de Restos a Pagar em 31/12/2022, somou R\$ 6.861.253 mil, apresentando um decréscimo em relação ao ano anterior de 34% (quando somou R\$ 10.359.849 mil). Cabendo observar

que do montante de R\$ 6.861.253 mil o valor de R\$ 4.633.993 mil (68%) refere-se ao saldo dos Restos a Pagar de exercícios anteriores e R\$ 2.227.260 (32%) correspondente as inscrições ocorridas no exercício.

A Subsecretaria de Contabilidade Geral aprovou as inscrições de Restos a Pagar do exercício financeiro de 2022, dos Órgãos e Entidades integrantes do Sistema SIAFE-Rio, através da Portaria SUBCONT nº 019 de 03 de fevereiro de 2023, publicada no Diário Oficial de 07 de fevereiro de 2023.

Na tabela a seguir está demonstrado um comparativo dos Restos a Pagar por tipo de administração:

TABELA 017.2 - RESTOS A PAGAR - POR TIPO DE ADMINISTRAÇÃO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
Poder Executivo	6.861.253	100,00%	10.359.849	100,00%	-33,77%
Administração Direta	2.242.195	32,68%	2.996.988	28,93%	-25,19%
Autorarquias	531.181	7,74%	365.478	3,53%	45,34%
Fundações	1.142.419	16,65%	1.336.404	12,90%	-14,52%
Empresas Públicas	57.244	0,83%	14.532	0,14%	293,93%
Sociedades de Economia Mista	40.093	0,58%	47.093	0,45%	-14,86%
Fundos Especiais	2.848.121	41,51%	5.599.355	54,05%	-49,13%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Em 2022, o estoque de Restos a Pagar apresentou um decréscimo de R\$ 3.498.596 mil. Considerando que no exercício de 2021 houve um decréscimo do estoque de R\$ 3.622.407 mil em relação ao exercício de 2020 temos uma redução acumulada do estoque do RP de R\$ 7.121.003 mil.

A tabela a seguir, demonstra os Restos a Pagar Não Processados do Poder Executivo, inscritos em virtude da suficiência financeira apurada, por fontes de recursos, em conformidade com o previsto no artigo 8º do Decreto nº 48.242 de 01/11/2022. Verifica-se que na apuração da disponibilidade de caixa foram considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

TABELA 017.3 - DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA P/FONTE DE RECURSO P/INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR - PODER EXECUTIVO

FONTE DE RECURSO	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RPNP (I)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO (II)	DISPON. FINANC. LÍQUIDA APÓS A INSCRIÇÃO DO RP NÃO PROCESSADO (III = I - II)
081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	(906.646)	-	(906.646)
085 - Fonte Genérica	(117.831)	-	(117.831)
089 - GRE SEFAZ	8	-	8
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	(5.766.175)	148.942	(5.915.117)
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	781.405	-	781.405
102 - Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal	75.197	-	75.197
103 - Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenv. Social	332.055	72.716	259.339
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	3.792.871	261.663	3.531.208
105 - Salário Educação	150.994	735	150.259
107 - Transferências Constitucionais Provenientes de Impostos	(54.230)	-	(54.230)
108 - Receita Desvinculada Tesouro - EC 93/2016 ADCT - Artigo 76-A	375.493	-	375.493
111 - Operações de Crédito	1.469.342	-	1.469.342
120 - Ressarcimento de Pessoal	261.724	-	261.724
122 - Adicional do ICMS - FECF	556.945	47.043	509.903
126 - Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	1.922	-	1.922
132 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	40.994	-	40.994
133 - Alienação de Bens	(48.765)	-	(48.765)
140 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	567	-	567
145 - Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - Tesouro	3.573.425	33.688	3.539.737
150 - Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social - FEHIS	43.062	-	43.062
151 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	1.004.009	-	1.004.009
152 - Fundo Soberano - Excedente de Arrecadação de Royalties do Petróleo e Gás Natural	3.049.952	-	3.049.952
188 - Repasses constitucionais aos municípios.	(818)	-	(818)
189 - Ingressos a Classificar	0	-	0
190 - Depósitos Judiciais Tributários	49.021	-	49.021
191 - Depósitos Judiciais Não Tributários	363.228	-	363.228
192 - Transferência proveniente de Auxílio Financeiro	21.997	-	21.997
193 - Bônus de Assinatura do Excedente da Cessão Onerosa	469.861	-	469.861
195 - Operações Oficiais de Fomento	12.286	-	12.286
196 - Auxílio Fin. da União para Mitigação dos Efeitos Financeiros da Covid-19	378	-	378
198 - Auxílio Financeiro da União para Ações de Saúde - Covid-19	10.766	-	10.766
211 - Operações de Crédito	8	-	8
212 - Transferências Voluntárias	146.630	1.953	144.677
214 - Transferências do PAC	86.676	137	86.539
215 - Transferências do FUNDEB	18.846	-	18.846
218 - Transferências Intraorçamentárias	105.152	1.254	103.898
223 - Contratos Intraorçamentários Gestão de Saúde	99.038	37.028	62.010
224 - Transferências Legais Recebidas da União	539.549	14.608	524.942
225 - Sistema Único de Saúde- SUS	121.018	41.104	79.914
227 - Auxílio Financeiro da União para Ações Emergenciais ao Setor Cultural	11	-	11
230 - Recursos Próprios	2.521.513	68.856	2.452.658
231 - Recursos Próprios do Rioprevidência	3.555.975	32.590	3.523.385
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	824.037	101.466	722.570
233 - Alienação de Bens	34.266	9.166	25.101
234 - Receita própria do Rioprevidência - Plano Previdenciário do RPPS	1.916.167	2.410	1.913.757
237 - Sistema de Proteção Social dos Militares	146.312	2.855	143.457
240 - Recursos Oriundos de Leis ou Acordos Anticorrupção	14.933	-	14.933
245 - Recursos da Concessão de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgoto Sanitário - Outras Fontes	179.648	-	179.648
251 - Fundo Especial de Controle Ambiental - FECAM	7.373	-	7.373
297 - Conservação Ambiental	430.622	497	430.125
TOTAL	20.290.809	878.709	19.412.100

Fonte: RGF - Anexo 5

Esta tabela está em conformidade com o Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar da RGF, disponível no Volume 4 – Relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal. No exercício de 2022 a disponibilidade financeira líquida antes da inscrição dos restos a pagar não processados apresentou saldo de R\$ 20.290.809 mil e foram inscritos R\$ 878.709 mil em Restos a Pagar não Processados considerando o saldo financeiro por fonte de Recursos.

2.18 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo

Compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o empregado ou servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, benefícios assistenciais, inclusive os precatórios, com vencimento no longo prazo.

TABELA 018 - OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PAGAR A LONGO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
OBRIGAÇÕES TRAB., PREV. E ASSIST. A PAGAR A LP	5.524.925	100,00%	4.471.008	100,00%	23,57%
Pessoal a Pagar	5.524.925	100,00%	4.471.008	100,00%	23,57%
Precatório de Pessoal - Regime Especial	5.524.925	100,00%	4.471.008	100,00%	23,57%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - TRT	409.840	7,42%	366.706	8,20%	11,76%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Vencidos e Não Pagos - TJ	5.153.434	93,28%	4.217.322	94,33%	22,20%
Precatórios - Regime Especial - A partir de 05/05/2000 - Não Vencidos - TRF	4.173	0,08%	3.665	0,08%	13,85%
(-) Compensação Div. Ativa c/ Precatórios - TJ	(42.521)	-0,77%	(116.686)	-2,61%	-63,56%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

As **Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a LP** está composta unicamente por precatórios decorrentes dessas obrigações, bem como suas atualizações monetárias.

Precatórios são títulos de dívidas que o governo emite para pagar a quem ganha na justiça processos contra o poder público. O recurso financeiro é repassado aos Tribunais, que liberam os valores aos credores.

Cabe observar que a conta “Compensação Dívida Ativa c/Precatórios TJ” é movimentada em conformidade com a Rotina CONOR/SUNOT/CGE n.º 030/2016 que trata dos procedimentos para registros da compensação de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa com precatórios vencidos, extraídos contra o Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias e Fundações.

2.19 Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor, com vencimentos no longo prazo.

TABELA 019 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	169.060.467	100,00%	146.257.422	100,00%	15,59%
Empréstimos a Longo Prazo - Interno	153.510.980	90,80%	129.058.631	88,24%	18,95%
Empréstimos a Longo Prazo - Externo	13.368.989	7,91%	15.219.621	10,41%	-12,16%
Financiamentos a Longo Prazo - Interno	2.180.497	1,29%	1.979.169	1,35%	10,17%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP - Interno	119.811.229	70,87%	62.360.544	42,64%	92,13%
Juros e Encargos a Pagar de Emprést. e Financ. a LP - Externo	3.110.306	1,84%	1.671.986	1,14%	86,02%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Interno	(119.811.229)	-70,87%	(62.360.544)	-42,64%	92,13%
(-) Encargos Financeiros a Apropriar - Externo	(3.110.306)	-1,84%	(1.671.986)	-1,14%	86,02%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

Os **Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo** totalizaram R\$ 169.060.467 mil. Somente os Empréstimos a Longo Prazo – Interno somam R\$ 153.510.980 mil, equivalentes a 90,80% do valor total.

Os valores de “**Juros e Encargos a Pagar de Empréstimos e Financiamentos a LP – Interno**” e “**(-) Encargos Financeiros a Apropriar – Interno**” tiveram uma variação significativa e seu valor está registrado integralmente na Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado.

Cumprir destacar que do total do grupo Empréstimos a longo prazo R\$ 153.422.695 mil estão registrados na unidade gestora **Encargos Gerais do Estado**.

Este valor expressivo se justifica pelo fato dos valores ingressados no Tesouro Estadual terem como contrapartida o registro da obrigação na UG Encargos Gerais em conformidade com a NOTA TÉCNICA SUNOT/CGE nº 019/2016 – Operações de Crédito.

2.20 Fornecedores a Longo Prazo

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

TABELA 020 - FORNECEDORES A LONGO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	3.401.497	100,00%	2.752.539	100,00%	23,58%
Fornecedores Nacionais	38	0,00%	186	0,01%	-79,30%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - Regime Especial	3.401.208	99,99%	2.752.103	99,98%	23,59%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - TJ	3.299.802	97,02%	3.366.306	122,32%	-1,98%
Precatórios de Fornecedores Nacionais - TRF	165.899	4,88%	110.498	4,02%	50,14%
(-) Compensação Dívida Ativa com Precatórios - Fornecedores TJ	(64.493)	-1,90%	(724.701)	-26,33%	-91,10%
Fornecedores Nacionais a Pagar - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	251	0,01%	251	0,01%	0,00%
Fornecedores Nacionais a Pagar - Decisões Judiciais - Exceto Precatórios	251	100,00%	251	100,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2021/2020)

Do montante dos **Precatórios TJ – Fornecedores e Credores** foram deduzidos os valores de Compensação da Dívida Ativa com os precatórios, que somam R\$ 64.493 mil.

2.21 Provisões a Longo Prazo

Compreende os passivos de prazo ou de valores incertos, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo.

TABELA 021 - PROVISÕES A LONGO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
PROVISÕES A LONGO PRAZO	12.379.688	100,00%	8.960.386	100,00%	38,16%
Provisões para Riscos Trabalhistas a Longo Prazo	550.700	4,45%	517.859	5,78%	6,34%
Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo	11.122.867	89,85%	7.674.558	85,65%	44,93%
Provisões para Riscos Fiscais a Longo Prazo	37.411	0,30%	134.596	1,50%	-72,20%
Provisões para Riscos Cíveis a Longo Prazo	439.416	3,55%	363.854	4,06%	20,77%
Outras Provisões a Longo Prazo	229.294	1,85%	269.519	3,01%	-14,92%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

O saldo de maior relevância presente na tabela **Provisões a Longo Prazo** refere-se à conta **Provisões Matemáticas Previdenciárias**, a qual compreende os passivos de prazo ou de valores incertos, relacionados a futuros benefícios previdenciários a serem pagos aos contribuintes, com probabilidade de ocorrerem no longo prazo. Tal conta representou o total de 89,85% do grupo de **Provisões** no exercício de 2022, obtendo um acréscimo na margem de 44,93% em relação ao exercício anterior.

2.22 Demais Obrigações a Longo Prazo

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusos nos subgrupos anteriores, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, com vencimento no longo prazo.

TABELA 022 - DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO	12.974.314	100,00%	13.735.406	100,00%	-5,54%
Outras Obrigações a Longo Prazo	12.974.314	100,00%	13.735.406	100,00%	-5,54%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Consolidação	10.949.724	84,40%	10.646.055	77,51%	2,85%
Certificados de Privatização - CP	199.183	1,82%	178.482	1,68%	11,60%
Perdas e Deságios em Investimentos	2.100.983	19,19%	1.818.016	17,08%	15,56%
Obrigações com Empresas Estaduais	533.450	4,87%	533.450	5,01%	0,00%
Fornec./Credores com contrato de parcelamento	16.580	0,15%	16.580	0,16%	0,00%
Depósitos de Terceiros - Lei 11.429/06	828.808	7,57%	828.808	7,79%	0,00%
Depositos Judiciais e Extrajud.- Lei 151/2015	7.270.719	66,40%	7.270.719	68,29%	0,00%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Intra OFSS	2.012.247	15,51%	2.386.925	17,38%	-15,70%
Outras Obrigações a Longo Prazo - Inter OFSS - União	12.342	0,10%	702.426	5,11%	-98,24%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

As **Demais Obrigações a Longo Prazo** sofreram um decréscimo de 5,54% em relação ao exercício anterior.

Seguem abaixo, alguns comentários sobre os itens das Demais Obrigações de Longo Prazo.

A) PERDAS E DESÁGIOS EM INVESTIMENTOS

O saldo negativo do Patrimônio Líquido dos investimentos do Estado fica evidenciado na conta **Perdas e Deságios em Investimentos**, conforme preceitua a instrução nº 247 de 27/03/1996, parágrafo 2º do art. 12 da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O saldo desta rubrica se encontra integralmente na Unidade Gestora Subsecretaria De Contabilidade Geral Do Estado.

B) OBRIGAÇÕES COM EMPRESAS ESTADUAIS

O saldo da rubrica **Obrigações com Empresas Estaduais** são compostas em sua maioria pelo saldo do Termo de Cooperação Técnica e Financeira (encontro de contas), entre o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE, no total de R\$ 533.450 mil, cabendo observar que não houve alteração deste saldo em comparação ao exercício anterior.

C) DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS – LEI 151/2015

A conta “Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 151/2015” (antes denominada Depósitos Judiciais e Extrajudiciais – Lei 163/2015) começou a apresentar saldo no exercício de 2015 com a implementação da Lei Complementar nº 163 de 31 de março de 2015 do Estado do Rio de Janeiro, alterando a Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013. A nova lei, em seu art. 1º, autoriza que os depósitos judiciais e extrajudiciais em dinheiro, existentes no Banco do Brasil, sejam transferidos até a proporção de 62,5% de seu valor atualizado, para os seguintes fins:

I – Até o limite de 25% para conta vinculada destinada ao pagamento de precatórios e de requisições judiciais de pequeno valor, observada a ordem prevista na Constituição Federal;

II – Até o limite de 37,5% exclusivamente para capitalização do Rioprevidência.

D) OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO – INTRA OFSS

A rubrica **Outras Obrigações a Longo Prazo – Intra OFSS** está composta em sua maioria pelos Recursos a ressarcir pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro aos diversos órgãos e entidades que tiveram recursos financeiros subtraídos das contas bancárias nos exercícios de 2016, 2017 e 2018 em decorrência dos arrestos e sequestros judiciais movidos contra o Estado, no montante de R\$ 1.295.408 mil. Também contribuiu para o saldo desta rubrica o valor dos Créditos tributários parcelados a transferir ao Fundo Único de Previdência Social – Rioprevidência, no montante de R\$ 417.071 mil.

Os valores referentes aos arrestos e sequestros judiciais contra o Estado estão registrados na unidade gestora Encargos Gerais, enquanto os créditos tributários parcelados a transferir estão registrados na unidade gestora Tesouro do Estado do Rio de Janeiro.

E) OUTRAS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO – INTER OFSS – UNIÃO

A rubrica Outras Obrigações a Longo Prazo – Inter OFSS – União sofreu um substancial decréscimo na ordem de 98,24% devido baixa dos saldos da recomposição da conta "a" do longo prazo e a incorporação deste saldo no contrato da dívida do regime fiscal.

Ademais, cabe ressaltar que a totalidade do saldo pertencente à conta **Outras Obrigações A Longo Prazo – Inter Ofss – União** está registrado na Unidade Gestora **Tesouro do Estado do Rio de Janeiro**.

2.23 Resultado Diferido

Compreende o valor das variações patrimoniais aumentativas já recebidas que efetivamente devem ser reconhecidas em resultados de anos futuros e que não haja qualquer tipo de obrigação de devolução por parte da entidade, ou seja, representa recebimentos adiantados que vão gerar um passivo para uma prestação de serviço futuro ou a entrega posterior de bens. Compreende também o saldo existente na antiga conta resultado de exercícios futuros em 31 de dezembro de 2008.

O montante do **Resultado Diferido** teve uma variação de 5,70% em relação ao exercício anterior.

TABELA 023 - RESULTADO DIFERIDO

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
RESULTADO DIFERIDO	25.306.129	100,00%	23.941.975	100,00%	5,70%
Variação Patrimonial Aumentativa Diferida - Consolidação	25.306.307	100,00%	23.942.154	100,00%	5,70%
Convênios Diversos	10.915	0,04%	10.915	0,05%	0,00%
Lucro de Lotes Industriais	10.565	0,04%	475	0,00%	2122,32%
Atualização Monetária de Oper. Imobiliárias	35	0,00%	35	0,00%	0,00%
Juros de Lotes Industriais	23	0,00%	23	0,00%	0,00%
Receitas de Subvenções	10.223.658	40,40%	10.153.668	42,41%	0,69%
Receitas de Concessões	15.061.111	59,52%	13.777.037	57,54%	9,32%
(-) Custo Diferido - Consolidação	(179)	0,00%	(179)	0,00%	0,00%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

As **Receitas de Subvenções** apresentaram ao final de 2022 um total de R\$ 10.223.658 mil sendo composta de R\$ 10.222.491 mil de Subvenções Governamentais para Investimentos e R\$ 1.166 mil em Doações para Investimentos.

Subvenção governamental é uma assistência governamental geralmente na forma de contribuição de natureza pecuniária, mas não só restrita a ela, concedida a uma entidade normalmente em troca do cumprimento passado ou futuro de certas condições relacionadas às atividades operacionais da entidade. Não são subvenções governamentais aquelas que não podem ser razoavelmente quantificadas em dinheiro e as transações com o governo que não podem ser distinguidas das transações comerciais normais da entidade.

As **Receitas de Concessões** apresentaram ao final de 2022 um total de R\$ 15.061.111 mil sendo composta integralmente de Receita de Concessões a Apropriar, registradas na Secretaria de Estado de Transportes – SETRANS (R\$ 828.682 mil) e no Tesouro do Estado do Rio de Janeiro (R\$ 14.232.429 mil). O primeiro valor é referente ao registro de outorga principal e complementar a receber previsto no

sexto termo aditivo ao contrato firmado entre o Estado do RJ e a Oportrans Concessão Metroviária S.A., para o período de janeiro/2018 a janeiro/2038, e o segundo, ao registro do valor da outorga da concessão dos serviços de saneamento da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro – CEDAE.

2.24 Patrimônio Líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Esse grupo é composto pelos saldos de Patrimônio Social e Capital Social, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Demais Reservas, Resultados Acumulados e Ações / Cotas em Tesouraria.

O saldo total do Patrimônio Líquido do Balanço Patrimonial difere do Saldo Patrimonial, evidenciado no Quadro Anexo do Balanço Patrimonial – Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes devido à inclusão dos Restos a Pagar Não Processados a Liquidar no passivo financeiro deste quadro em razão de não cumprirem os critérios para reconhecimento no passivo patrimonial, em consonância com a Lei 4.320/64. Assim sendo, essa diferença encontrada corresponderá integralmente ao somatório das contas contábeis 631110101-RPNP a Liquidar e 631710101-RPNP a Liquidar-Inscrição no Exercício.

O Patrimônio Líquido apresentou um aumento de 18,45% em relação ao exercício anterior, resultando uma variação positiva da ordem de R\$ 23.133.820 mil.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2022

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reserv.	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais	(23.676.507)	-	2.396.608	(2.111.068)	25.102	5.119.100	(107.154.973)	-	(125.401.737)
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	2.822.914	-	2.822.914
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Reavaliação	-	-	-	-	-	(18)	18	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	2.147.847	-	-	147	-	2.147.994
Demais Reservas (236110101 - REAVALIACAO DE IMOVEIS)	-	-	-	-	-	601	-	-	601
Ações / Cotas em Tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	-	23.228.958	-	23.228.958
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(331)	-	(331)
Reserva Legal	-	-	-	-	70	-	(70)	-	-
Ajuste do Patrimônio Líquido das Sociedades Consolidadas	-	-	-	5.916	-	(5.072.232)	-	-	(5.066.316)
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	992	-	(992)	-	-
Constituição / Reversão de Reserva Estatutária Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva Estatutária Exercícios Anteriores	-	-	-	-	2.067	-	(2.067)	-	-
Saldos Finais	(23.676.507)	-	2.396.608	42.695	28.231	47.452	(81.106.396)	-	(102.267.917)

Os Ajustes de Exercícios Anteriores, bem como Resultado do Exercício serão abordados em tópicos específicos destas Notas Explicativas – Poder Executivo.

O subgrupo **Resultados Acumulados** apresentou uma variação negativa de 24,31%, de acordo com os valores evidenciados no quadro abaixo.

O Resultado do Exercício passou de um superávit/lucro de R\$ 5.253.782 mil em 2021 para R\$ 23.228.958 mil em 2022.

O Resultado de Exercícios Anteriores variou 0,99% no período 2021/2022, chegando a um saldo deficitário de R\$ 107.158.268 mil.

Os Ajustes de Exercícios Anteriores que em 2021 foi deficitário em R\$ 6.299.160 mil, em 2022 foi superavitário em R\$ 2.822.914 mil.

TABELA 024 - RESULTADOS ACUMULADOS
Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
RESULTADOS ACUMULADOS	(81.106.396)	100,00%	(107.154.973)	100,00%	-24,31%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	23.228.958	-28,64%	5.253.782	-4,90%	342,14%
RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(107.158.268)	132,12%	(106.109.595)	99,02%	0,99%
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.822.914	-3,48%	(6.299.160)	5,88%	-144,81%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

AH - Análise Horizontal (2022/2021)

2.25 Ajustes de Exercícios Anteriores

Registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior, e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

Com o objetivo de dar subsídios às notas explicativas dos Ajustes de Exercícios Anteriores, a Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado divulgou através da Circular SUBCONT n.º 001 de 15/01/2021, os procedimentos para liberação de registros contábeis que utilizem contas de Ajustes de Exercícios Anteriores, Variações Patrimoniais Aumentativas-VPA em registros de desincorporação de passivos com ISF=F (ganhos) e desincorporações concomitantes de ativos e passivos (Restos a Pagar Processados-RPP) através de notas explicativas.

TABELA 025 - AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro 2022/2021

RS Mil

DESCRIÇÃO	2022	AV %	2021	AV%	AH%
Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos	2.604.318	100,00%	(6.355.449)	100,00%	-140,98%
Ajustes de Exercícios Anteriores	(134)	-0,01%	(6.333)	0,10%	-97,89%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	354.572	13,61%	552.694	-8,70%	-35,85%
DEA - Fornecedores e Credores	(117.469)	-4,51%	(402.154)	6,33%	-70,79%
Baixa de Consignações	2.506	0,10%	75.029	-1,18%	-96,66%
Incorporação de Créditos a Receber	95	0,00%	609	-0,01%	-84,43%
DEA - Pessoal	(295.094)	-11,33%	(407.575)	6,41%	-27,60%
Ajuste Dívida Ativa Não Tributária	616	0,02%	(20.684)	0,33%	-102,98%
Bens Imóveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	-	0,00%	330.919	-5,21%	-100,00%
Desincorporação de Créditos a Receber	(1.102.232)	-42,32%	(148.486)	2,34%	642,32%
Incorporação de Obrigações de Exercícios Anteriores	(9)	0,00%	(8.477)	0,13%	-99,90%
Bens Móveis Não Incorporados - Ex. Anteriores	79.883	3,07%	23.584	-0,37%	238,71%
Incorporação de Direito - Pessoal Cedido	375.214	14,41%	159.350	-2,51%	135,47%
Ajustes de Provisões Matemáticas/Previdenc.	(24.424)	-0,94%	-	0,00%	100,00%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	3.330.795	127,90%	(6.503.926)	102,34%	-151,21%
Empresas e Sociedades de Economia Mista	218.596	100,00%	56.288	100,00%	288%
Cancelamento de RPP Não Prescrito	5.201	2,38%	7.511	13,34%	-30,75%
DEA - Fornecedores e Credores	(522)	-0,24%	(847)	-1,50%	-38,43%
Incorporação de Ativos por Adiantamento	9	0,00%	-	0,00%	100,00%
DEA - Pessoal	28	0,01%	(49)	-0,09%	-157,04%
DEA - Encargos Sociais	-	0,00%	(232)	-0,41%	-100,00%
DEA - Obrigações Tributárias	(352)	-0,16%	(494)	-0,88%	-28,87%
Desincorporação de Créditos a Receber	(359)	-0,16%	(324)	-0,58%	10,50%
Desincorporação de Disponibilidade Financeira	(0)	0,00%	(131)	-0,23%	-99,84%
Desincorporação de Obrigações	186.343	85,25%	19.701	35,00%	845,86%
Demais Ajustes de Exercícios Anteriores	28.246	12,92%	31.154	55,35%	-9,33%
TOTAL DOS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.822.914		(6.299.160)		-144,81%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

As contas de **Ajustes de Exercícios Anteriores** estão desmembradas no plano de contas em dois grupos marcados pelos dígitos “1” e “2”, no 4º nível do código da conta contábil, conforme o tipo de administração, sendo o primeiro para a Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos, e o segundo para Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

O saldo dos **Ajustes de Exercícios Anteriores** pode variar dependendo da natureza (credora ou devedora) do ajuste realizado. Em 2022 os saldos de maior relevância entre os tipos de administração foram:

2.25.1 Administração Direta, Autarquias, Fundações e Fundos

A) CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADO NÃO PRESCRITO

Os cancelamentos de **Restos a Pagar Não Prescritos** geram um ajuste de natureza credora (superavitária) que em 2022 atingiu o montante de R\$ 354.572 mil. Os valores de cancelamentos mais

relevantes, correspondente a 95,71% do total, ocorreram no Secretaria de Estado de Educacao - R\$ 161.664 mil; nos Encargos Gerais do Estado - Rec.s/sup. Sefaz - R\$ 152.763 mil; na Assembleia Legislativa - (R\$ 72.792 mil) e no Fundo Estadual de Saúde – FES - (R\$ 16.072 mil).

O Programa de Redução de Passivos realizado pela Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ pretende reduzir o estoque de restos a pagar do Governo do Estado do Rio de Janeiro através de ações de curto, médio e longo prazo.

O programa tem como alvo a redução do estoque através de medidas de ajustes contábeis e leilão de pagamento para reduzir o passivo existente do ERJ com seus fornecedores, entre outras ações realizadas conjuntamente de modo a diminuir o passivo de RP. Dentre as medidas para o ajuste do estoque se faz necessário ações de correções e baixas contábeis de passivos que já foram pagos ou mesmo inscrições indevidas, ocorrendo assim a baixa por Ajustes de Exercícios Anteriores.

B) DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES (pessoal e fornecedores)

Os Ajustes de Exercícios Anteriores referentes ao reconhecimento de DEAs de pessoal e fornecedores somaram R\$ 412.562 mil, sendo as mais relevantes registradas nas seguintes unidades gestoras:

- | | |
|--|-----------------|
| • Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM | R\$ 179.241 mil |
| • Secretaria de Estado de Educação | R\$ 137.842 mil |
| • Fundação Apoio a Escola Técnica Estado RJ | R\$ 81.578 mil |
| • Secretaria de Estado de Polícia Civil | R\$ 20.151 mil |
| • Departamento de Trânsito do Rio de Janeiro | R\$ 19.331 mil |

C) DEMAIS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontra-se registrado os demais ajustes não relacionados nos itens anteriores sendo as mais relevantes registradas nas seguintes unidades gestoras:

- **Encargos Gerais do Estado - REC.S/SUP. SEFAZ** **R\$ 3.697.246 mil**

A Unidade Gestora Encargos Gerais do Estado - REC.S/SUP. SEFAZ, apurou um substancial saldo principalmente pela contabilização de ajustes de exercícios anteriores de Desincorporação de obrigações de exercícios Anteriores - Não Intra - (ISF=P), referentes a baixa dos juros vencidos dos contratos firmados junto à união (cg's 0000509 e 0000959) dos exercícios de 2021 e 2022, conforme demonstrativo da supcodp de junho de 2022 (LC 178/2021).

- **Secretaria de Estado de Polícia Militar - SEPM** **R\$ 301.907 mil**

Relativo a baixa decorrente tendo em vista o Decreto nº 44.489 de 25 de Novembro de 2013 que instituiu a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do estado e a Portaria CGE nº 179 de 27 de março de 2014 que orienta a operacionalização do Decreto.

- **Secretaria de Estado de Infraestrutura e Obras** **R\$ 269.463 mil**

O saldo apresentado em 2022 se deve, em sua maioria, pela baixa de obras em andamento tendo em vista o Termo provisório publicado em 29/12/2020 na folha 17 do Diário Oficial, no montante de R\$ 49.741 Mil; Pelo atendimento ao TSID Nº 17.335.2020 - SEINFRA – MON, obras em andamento das execução dos serviços e obras de pavimentação da rodovia BR 393/RJ, no montante de R\$ 28.524 Mil e Referente a obras de implantação do sistema de coleta e transporte de esgoto sanitário de Pavuna/Duque de Caxias, no montante de R\$ 17.676 Mil.

Cabe ressaltar que a maior parte do ajuste realizado se refere a DESINCORPORACAO DE BENS IMÓVEIS.

- **Fundação Departamento de Estradas de Rodagem do Est. RJ** **R\$ 76.901 mil**

O saldo elevado em 2022 se deve pela baixa de material de consumo, ref. ao exercício de 2021, conforme movimento financeiro de material de consumo do serviço de controle.

2.25.2 Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

A) DESINCORPORAÇÃO DE OBRIGAÇÕES

Nesta rubrica encontra-se registrado o montante positivo de R\$ 186.343 mil em sua maioria registrado na Comp. de Desenv. Rodov. e Terminais do Est. Do RJ – CODERTE (R\$ 168.759 mil) referente ao cancelamento de obrigações com fornecedores.

B) DEMAIS AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Nesta rubrica encontram-se saldos positivos (credor) e negativos (devedor) perfazendo o montante positivo de R\$ 28.246 mil. Os saldos de maior representatividade estão registrados na unidade gestora Instituto Vital Brazil SA, que apurou o montante de R\$ 26.986 Mil, perfazendo 95,53% do valor total da rubrica **Demais Ajustes de Exercícios Anteriores**. Cabe ressaltar, que foi apurado o montante de R\$ 20.466 Mil pela incorporação de bens imóveis, representando 75,84% do montante total do saldo da Unidade gestora.

Ademais, contribuiu para o montante apurado pela Unidade, o registro de depreciação, amortização e exaustão de exercícios anteriores.

2.26 Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial do Poder Executivo em 2022 foi positivo em R\$ 23.228.958 mil, evidenciado pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Diminutivas, conforme quadro abaixo:

TABELA 026 - COMPOSIÇÃO DO RESULTADO PATRIMONIAL

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

DESCRIÇÃO	VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Notas	2022	AV%	2021	AV%	AH%
VARIÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.26.1					
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		64.384.332	16,83%	68.538.770	14,54%	-6,06%
Contribuições		7.297.338	1,91%	5.879.379	1,25%	24,12%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		2.518.787	0,66%	1.346.199	0,29%	87,10%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		32.003.269	8,37%	14.124.719	3,00%	126,58%
Transferências e Delegações Recebidas	2.26.1.1	155.657.734	40,69%	114.542.448	24,30%	35,90%
Valorização e Ganhos Com Ativos e Desincorporação de Passivos		29.729.323	7,77%	18.143.711	3,85%	63,85%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.26.1.2	90.969.243	23,78%	248.696.212	52,77%	-63,42%
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)		382.560.026	100,00%	471.271.438	100,00%	-18,82%
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.26.2					
Pessoal e Encargos		24.536.891	6,83%	18.775.364	4,03%	30,69%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		13.392.562	3,73%	8.268.501	1,77%	61,97%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		28.572.258	7,95%	22.580.456	4,85%	26,54%
Transferências e Delegações Concedidas	2.26.2.1	151.325.431	42,11%	121.891.052	26,16%	24,15%
Desvalorização e Perda de Ativos	2.26.2.2	103.633.241	28,84%	11.375.638	2,44%	811,01%
Tributárias		1.196.006	0,33%	958.245	0,21%	24,81%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	2.26.2.3	11.442.792	3,18%	260.205.252	55,84%	-95,60%
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)		359.331.068	100,00%	466.017.657	100,00%	-22,89%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)		23.228.958		5.253.782		342,14%

Fontes: SIAFE-Rio

Notas: AV - Análise Vertical

Abaixo, demonstramos os principais fatos que impactaram a composição do Resultado Patrimonial.

2.26.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

2.26.1.1 Transferências e Delegações Recebidas

As **Transferências e Delegações Recebidas** compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior e execuções orçamentárias delegadas.

ANEXO 15.05 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH%
Transferências Intragovernamentais	111.895.059	83.012.044	34,79%
Transferências Intergovernamentais	43.697.966	31.478.113	38,82%
Transferências das Instituições Privadas	39.993	30.243	32,24%
Transferências do Exterior	78	0	100,00%
Transferências de Pessoas Físicas	24.637	22.049	11,74%
Transferências e Delegações Recebidas	155.657.734	114.542.448	35,90%

2.26.1.2 Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

O valor mais expressivo é o montante de R\$ 74.619.672 que se refere a **Reversão e Provisões e Ajustes para Perdas**. Sendo o valor de R\$ 74.002.249 mil referente à reversão de ajustes de perdas de dívida ativa tributária, deste valor, o montante de R\$ 73.942.621 Mil foi registrado na unidade gestora Tesouro do Estado do Rio de Janeiro e R\$ 59.628 Mil foram registrados no Fundo Único de Previdência do Estado do RJ.

ANEXO 15.07 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH%
VPA a classificar	51.472	6.590	681,04%
Resultado Positivo de Participações	13.341.929	38.477	34574,97%
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	74.619.672	244.155.269	-69,44%
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.956.169	4.495.876	-34,25%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	90.969.243	248.696.212	-63,42%

2.26.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

2.26.2.1 Transferências e Delegações Concedidas

As **Transferências e Delegações Concedidas** compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

ANEXO 15.12 - TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH%
Transferências Intra Governamentais	120.680.922	91.409.526	32,02%
Transferências Inter Governamentais	30.638.456	30.448.225	0,62%
Transferências a Instituições Privadas	5.675	33.064	-82,84%
Transferências a Instituições Multigovernamentais□	379	237	60,00%
Transferências e Delegações Concedidas	151.325.431	121.891.052	24,15%

2.26.2.2 Desvalorização e perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação e perdas involuntárias. Compreende também a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo.

ANEXO 15.13 - DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH%
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	93.160.225	8.265.015	1027,16%
Perdas com alienação	71	0	100,00%
Perdas Involuntárias	66.916	23.062	190,16%
Incorporação de Passivos	6.726.023	2.057.114	226,96%
Desincorporação de Ativos	3.680.005	1.030.447	257,13%
Desvalorização e perda de Ativos e Incorporação de Passivos	103.633.241	11.375.638	811,01%

O aumento significativo observado na Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos, ocorreu devido a contabilização dos ajustes de perdas de Dívida Ativa. Até o exercício de 2021 era realizado apenas a contabilização da diferença ocorrida entre os saldos das perdas previstas para o exercício anterior e o de referência, enquanto que em 2022 foi feita a reversão de 100% do saldo transferido do exercício de 2021 para que fosse contabilizado os novos valores das perdas propostos para o exercício 2022 pela Procuradoria da Dívida Ativa - PG-5. Esse procedimento está de acordo com o novo Manual da Dívida Ativa que foi totalmente revisado pela Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado no exercício de 2022.

2.26.2.3 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Houve uma redução substancial no valor de **Outras Variações Patrimoniais Diminutivas** ocasionada pela rubrica *Constituições de Provisões*, registrada quase em sua totalidade na Unidade Gestora Fundo Único de Previdência do Estado do RJ, referente ao registro da atualização das provisões matemáticas previdenciárias do Estado do Rio de Janeiro, que registrou um decréscimo no valor de R\$ 244.456.713 mil.

ANEXO 15.16 - OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Comparativo - Estado do Rio de Janeiro - 2022/2021

R\$ Mil

ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	AH%
Premiações	93.821	132.894	-29,40%
Resultado Negativo de Participações	35.863	461.143	-92,22%
Incentivos	514.108	334.701	53,60%
Constituição de Provisões	4.237.926	248.631.056	-98,30%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	6.561.074	10.645.458	-38,37%
Total de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	11.442.792	260.205.252	-95,60%

03 - Legislação Básica

Constituições

Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 05 de outubro de 1989.

Leis

LEI FEDERAL nº 4.320, de 17 de março de 1964 – Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 – Dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 8.200, de 28 de junho de 1991 - Dispõe sobre a correção monetária das demonstrações financeiras para efeitos fiscais e societários.

LEI FEDERAL nº 8.727, de 05 de novembro de 1993 – Estabelece diretrizes para a consolidação e o reescalonamento, pela União, de dívidas internas das administrações direta e indireta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e dá outras providências.

LEI FEDERAL nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

LEI FEDERAL nº 9.496, de 11 de setembro de 1997 – Estabelece critérios para a consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Estados e do Distrito Federal.

LEI FEDERAL nº 11.494, de 20 de junho de 2007 – Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI FEDERAL nº 13.885, de 17 de Outubro de 2019 – Estabelece critérios de distribuição dos valores arrecadados com os leilões dos volumes excedentes ao limite a que se refere o § 2º do art. 1º da Lei nº 12.276, de 30 de junho de 2010, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 287, de 4 de dezembro de 1979 – Aprova o Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 5.628, de 29 de dezembro de 2009 – Institui o Bilhete Único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 5.647, de 18 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre forma de compensação de crédito inscrito em Dívida Ativa com Precatórios vencidos, e dá outras providências.

LEI ESTADUAL nº 6.136, de 28 de dezembro de 2011 – Dispõe sobre a exclusão das multas e parte dos juros relativos a débitos inscritos em Dívida Ativa, e autorização para pagamento, parcelamento ou compensação com créditos de precatórios expedidos, e dá outras providências.

Leis Complementares

LEI COMPLEMENTAR FEDERAL nº 101, de 4 de maio de 2000 – Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL nº 147, de 27 de junho de 2013 – Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento e dá outras providências.

Decretos

DECRETO FEDERAL nº 6.976, de 7 de outubro de 2009 - Dispõe sobre o Sistema de Contabilidade Federal e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 25.875, de 22 de dezembro de 1999 – Dispõe sobre a extinção do Fundo da Dívida Pública e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 36.994, de 25 de fevereiro de 2005 – Incorpora ao Patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários parcelados de titularidade do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO ESTADUAL nº 40.155, de 17 de outubro de 2006 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os valores referentes ao fluxo do Fundes, ingressados a partir de Janeiro de 2007 e determina outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.528, de 31 de outubro de 2008 – Estabelece os procedimentos a serem adotados na celebração e execução de convênios que impliquem dispêndio financeiro por órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 41.880, de 25 de maio de 2009 – Dispõe sobre as atribuições e procedimentos para a programação e execução orçamentária e financeira do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 42.011, de 28 de agosto de 2009 – Incorpora ao patrimônio do Rioprevidência os direitos de propriedade do Estado do Rio de Janeiro sobre os Royalties e Participação Especial decorrentes do artigo 20, § 1º, da Constituição Federal.

DECRETO ESTADUAL nº 42.315, de 25 de fevereiro de 2010 – Disciplina a opção pelo regime especial de pagamento de precatórios, instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62, de 09 de dezembro de 2009.

DECRETO ESTADUAL nº 44.006, de 27 de dezembro de 2012 – Anula o Decreto Estadual nº 37.050, de 10 de março de 2005 - Torna sem efeito a Incorporação ao patrimônio do Rioprevidência Créditos Tributários e Não Tributários inscritos em dívida ativa do Estado do Rio de Janeiro.

DECRETO ESTADUAL nº 44.489, de 25 de novembro de 2013 – Institui a obrigatoriedade de realizar os procedimentos de reavaliação, redução ao valor recuperável de ativos, depreciação, amortização e exaustão dos bens do Estado nos casos que especifica.

DECRETO ESTADUAL nº 44.558, de 13 de janeiro de 2014 – Regulamenta a gestão dos bens móveis integrantes do patrimônio público do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 45.681, de 08 de junho de 2016 – Modifica a estrutura do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 46.495, de 14 de novembro de 2018 - Dispõe sobre o controle dos recursos financeiros subtraídos das contas bancárias dos diversos órgãos e entidades do governo do estado do rio de janeiro em decorrência dos arrestos e sequestros judiciais movidos contra o estado, e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 47.938, de 01 de fevereiro de 2022 – Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira, estabelece normas para a execução orçamentária do Poder Executivo para o Exercício de 2022, e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL Nº 48.006, de 30 de março de 2022 - Abre crédito suplementar a diversos órgãos e entidades estaduais, no valor global de R\$ 403.104.169,85 para reforço de dotações consignadas ao orçamento em vigor e dá outras providências.

DECRETO ESTADUAL nº 48.242, de 01 de novembro de 2022 – Dispõe sobre o encerramento do exercício financeiro de 2022, e dá outras providências.

Portarias

PORTARIA MINISTÉRIO DA FAZENDA nº 184, de 25 de agosto de 2008 – Dispõe sobre as diretrizes a serem observadas no setor público (pelos entes públicos) quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, de forma a torná-los convergentes com as Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL nº 438, de 12 de julho de 2012 – Aprova a alteração dos Anexos nº 12 (Balanço Orçamentário), nº 13 (Balanço Financeiro), nº 14 (Balanço Patrimonial), nº 15 (Demonstração das Variações Patrimoniais), nº 18 (Demonstração dos Fluxos de Caixa) e nº 19 (Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido) da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, revoga a Portaria STN nº 665, de 30 de novembro de 2010, e dá outras providências.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL nº 634, de 19 de novembro de 2013 – Dispõe sobre regras gerais acerca das diretrizes, normas e procedimentos contábeis aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL nº 548, de 24 de setembro de 2015 – Dispõe sobre prazos-limite de adoção dos procedimentos contábeis patrimoniais aplicáveis aos entes da Federação, com vistas à consolidação das contas públicas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, sob a mesma base conceitual.

PORTARIA CONJUNTA STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018 - Aprova a Parte I - Procedimentos Contábeis Orçamentários da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA CONJUNTA STN/SPREV nº 07, de 18 de dezembro de 2018 - Aprova a Parte III - Procedimentos Contábeis Específicos: Capítulo 4 – Regime Próprio de Previdência Social – RPPS da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL nº 877, de 18 de dezembro de 2018 – Aprova a Parte Geral e as Partes II - Procedimentos Contábeis Patrimoniais, III - Procedimentos Contábeis Específicos, IV - Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, da 7ª edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO nº 179, de 27 de março de 2014 - Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013 no que tange ao ajuste inicial e a depreciação dos bens móveis do Estado.

PORTARIA DA CONTADORIA GERAL DO ESTADO nº 192, de 09 de dezembro de 2015 – Orienta a operacionalização dos procedimentos previstos no Decreto nº 44.489, de 25 de novembro de 2013, no que tange ao ajuste inicial e a amortização dos bens intangíveis do Estado.

PORTARIA CONJUNTA CGE-SUBGEST nº 001, de 28 de maio de 2018 – Define a data de início da operação exclusiva do Sistema Informatizado de Gestão de Bens Móveis do Estado do Rio de Janeiro – SBM RJ, para os bens móveis adquiridos, pelos órgãos e entidades que menciona.

PORTARIA CONJUNTA CGE-SUBGEST nº 002, de 20 de julho de 2018 – Altera a Portaria Conjunta CGE-SUBGEST Nº 001 de 28 de maio de 2018.

PORTARIA SUBCONT nº 011, de 11 de fevereiro de 2021 - Aprova as Inscrições de Restos a Pagar no Exercício Financeiro de 2020.

PORTARIA SUBCONT nº 006, de 12 de junho de 2019 - Normatiza as Atribuições sobre o Fluxo no Processo de Liquidação da Despesa.

PORTARIA SUBCONT nº 004 de 07 de dezembro de 2018 - Disciplina os Procedimentos Relativos ao Sistema Extrator de Informações do Siafe-Rio denominado Flexvision e a Criação de Gestores de Flexvision nos Órgãos e Entidades, e dá Outras Providências.

PORTARIA SUBCONT nº 003 de 02 de outubro de 2018 - Dispõe Acerca das Prestações de Contas Anuais dos Ordenadores de Despesas da Administração Direta Estadual e dos Fundos no Âmbito do Poder Executivo.

PORTARIA SUBCONT nº 001, de 02 de outubro de 2018 - Determina a Obrigatoriedade de Emissão da Declaração Anual do Contador, e dá Outras Providências.

PORTARIA SUBCONT nº 019, de 03 de fevereiro de 2023 – Aprova as inscrições de Restos a Pagar no Exercício Financeiro de 2022.

Resoluções

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 40/ 01 – Dispõe sobre os limites globais para o montante da Dívida Pública Consolidada e da Dívida Pública Mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL nº 43/01 – Dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições autorizadas e dá outras providências.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP EC de 23/09/2016 - ESTRUTURA CONCEITUAL.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 01 de 21/10/2016 - Receita de Transação sem Contraprestação.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 02 de 21/10/2016 - Receita de Transação com Contraprestação.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 03 de 21/10/2016 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 04 de 25/11/2016 – Estoques.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 05 de 25/11/2016 - Contratos de Concessão de Serviços Públicos: Concedente.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 06 de 22/09/2017 – Propriedade para Investimentos.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 07 de 22/09/2017 – Ativo Imobilizado.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 08 de 22/09/2017 – Ativo Intangível.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 09 de 22/09/2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Não Gerador de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 10 de 22/09/2017 – Redução ao Valor Recuperável de Ativo Gerador de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 11 de 18/10/2018 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 12 de 18/10/2018 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 13 de 18/10/2018 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 14 de 18/10/2018 - Custos de Empréstimos

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 17 de 18/10/2018 – Demonstrações Contábeis Consolidadas.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 18 de 18/10/2018 – Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.

RESOLUÇÃO CFC NBC TSP 23, de 21/11/2019 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.366/2011 - Aprova a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

RESOLUÇÃO DO BANCO CENTRAL DO BRASIL nº 3.922, de 25/11/2010 - Dispõe sobre as aplicações dos recursos dos regimes próprios de previdência social instituídos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

IPC – Instruções de Procedimentos Contábeis

IPC 00 – Plano de Transição para Implantação da Nova Contabilidade

IPC 01 – Transferência de Saldos Contábeis e Controle de Restos a Pagar

IPC 02 – Reconhecimento dos Créditos Tributários pelo Regime de Competência

IPC 03 – Encerramento de Contas Contábeis no PCASP

IPC 04 – Metodologia para Elaboração do Balanço Patrimonial

IPC 05 – Metodologia para Elaboração da Demonstração das Variações Patrimoniais

IPC 06 – Metodologia para Elaboração do Balanço Financeiro

IPC 07 – Metodologia para Elaboração do Balanço Orçamentário

IPC 08 – Metodologia para Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa

IPC 10 – Contabilização de Consórcios Públicos

IPC 11 – Contabilização de Retenções

IPC 12 – Contabilização de Cessão de Bens Móveis e Imóveis

IPC 13 – Contabilização da Cessão de Direitos Creditórios

IPC 14 – Procedimentos Contábeis Relativos ao RPPS

IPC 15 – Depósitos Judiciais e Extrajudiciais

IPC16 – Benefícios Fiscais

Circulares CGE – Gabinete da Contadoria

OFÍCIO CIRCULAR GAB/SUBCONT nº 001/2021, de 15 de janeiro de 2021 - Procedimentos para liberação de registros contábeis que utilizem contas de Ajustes de Exercícios Anteriores - AJEA, Variações Patrimoniais Aumentativas-VPA em registros de desincorporação de passivos com ISF=F (ganhos) e desincorporações concomitantes de ativos e passivos (Restos a Pagar Processados-RPP) através de notas explicativas..

OFÍCIO CIRCULAR GAB/SUBCONT nº 002/2021, de 17 de agosto de 2021 - Depuração dos Restos a Pagar Processados – RPP

OFÍCIO CIRCULAR GAB/SUBCONT nº 001/2022, de 09 de Fevereiro de 2022 - Depuração dos Restos a Pagar Processados – RPP

04 - Considerações Finais

A prestação de contas de governo se constitui como um dos principais instrumentos democráticos de comunicação entre o governo, a sociedade e seus representantes uma vez que proporciona uma visão estratégica e de orientação para o futuro quanto à sua capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazo.

Assim, o objetivo principal da prestação de contas é assegurar a transparência e a responsabilização (accountability) da administração pública, bem como dar suporte às decisões sobre a alocação de recursos, promover a defesa do patrimônio público e, sobretudo, informar aos cidadãos, que são os usuários dos bens e serviços produzidos pela administração, o desempenho financeiro, orçamentário e patrimonial do Estado.

Neste cenário, a Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado – SUBCONT, responsável por consolidar e evidenciar todos os atos e fatos da gestão, cumprindo sua atribuição privativa e primando pela transparência, tempestividade e integridade das informações, apresenta a Prestação de Contas de Governo do Excelentíssimo Senhor Governador referente ao exercício financeiro de 2022.

Reconhecemos de forma incontestável a elevada dedicação e qualificação do corpo técnico da Subsecretaria de Contabilidade Geral do Estado, características que nos permitiram alcançar o máximo de eficiência e acerto no desempenho de nossa atribuição, almejando sempre a melhoria da qualidade das informações contábeis.

Encerramos mais um ciclo, com absoluta certeza de termos empenhado nossos maiores esforços para alcance das metas as quais nos propusemos, e por fim agradecendo a todos que, direta ou indiretamente, participaram deste processo, em especial ao Exmo. Secretário de Estado de Fazenda, Leonardo Lobo Pires, e a todo corpo técnico da Secretaria de Estado de Fazenda - SEFAZ, pelo apoio, confiança e incentivo, além da valiosa troca de experiências que nos proporcionaram.

Rio de Janeiro, 3 de abril de 2023.

YASMIM DA COSTA MONTEIRO